

REPA TRIA DOS

VC-2
2590



Brasileiros e familiares
resgatados da Faixa de Gaza
em meio à guerra de Israel

Gustavo Zanfer

REPATRIADOS

**Brasileiros e familiares resgatados da
Faixa de Gaza em meio à guerra de Israel**

Gustavo Zanfer

REPA TRIA DOS

Brasileiros e familiares resgatados da
Faixa de Gaza em meio à guerra de Israel

ecn USP

Orientação

Rodrigo Pelegrini Ratier

Redação e diagramação

Gustavo Zanfer da Silva Costa

Revisão

Daniel Monteiro

Arte

Gustavo Santos Costa

Sumário

1. Tempestade Al-Aqsa _____	16
A tormenta pré-repatriação _____	18
A última festa _____	20
Espadas de Ferro _____	25
Os mortos _____	34
2. Nos escombros de Gaza _____	38
A guerra em primeira pessoa _____	39
No escuro _____	41
"A situação está ficando cada vez pior" _____	47
3. A corrida de Rafah _____	50
O deslocamento _____	58
"Aqui a gente não pode morrer" _____	59
Sexta-feira, 13 de outubro de 2023, 11:40 da manhã _____	65
Parada em Khan Yunis _____	66

4. Operação Voltando em Paz _____	72
Listas de repatriação _____	73
Tensão diplomática _____	77
A oitava lista _____	80
“Parabéns a vocês pela resistência” _____	86
A recepção de Lula _____	89
Dispersão do grupo e novas listas _____	97
5. Reunião familiar _____	101
O rei da travessia _____	108
Os 104 _____	111
Vida no Brasil _____	117
Minha pequena Gaza _____	125

Nota do autor

Este livro-reportagem está alicerçado, principalmente, nos relatos de palestinos que viveram o pesadelo de estarem presos na Faixa de Gaza quando Israel lançou seu revide contra os ataques do grupo de resistência armada, o Hamas, a partir do dia sete de outubro de 2023. Os capítulos têm o objetivo de dar voz, encorpar e amplificar as histórias contadas pela ótica dos civis, que foram levados de volta ao Brasil pelo governo federal em uma épica operação de repatriação, mas cujas famílias, amigos e tudo o que conheciam ainda perecem no enclave sob um tipo de angústia e de sofrimento talvez difíceis de serem compreendidos pela maioria de nós.

Não há intenção de advogar por um dos lados da História, senão contá-la a partir do lado palestino. É evidente que também sofreram, e sofrem, as vítimas da ofensiva do Hamas naquele fatídico sábado, em territórios ocupados pelo chamado Estado de Israel. Entretanto, o trabalho construído nas próximas páginas não deixa de medir as devidas proporções – Gaza enfrenta um eterno sábado.

O palestino, quanto mais outrificado
pelo sionismo, mais se assemelha
ao judeu de outrora.

Dafne Melo, em “Gaza na Coração”

Tempestade Al-Aqsa

"Minha família estava dormindo em um quarto minúsculo da casa, para morrerem juntos se fossem bombardeados."

Ronza AbuJayyab

Monir Bader estava em um avião com a sua família rumo ao Egito na virada do ano novo de 2024. Depois de mais de sete anos morando no Brasil, o árabe-saudita de 38 anos decidiu, junto à sua esposa, Noura Bader, de 37, e suas três crianças, ir embora de São Paulo para sempre. Monir havia conseguido um emprego em uma fábrica de roupas no Egito, o que acabou não dando certo. Então, a família viajou posteriormente para a Faixa de Gaza para viver e se reunir com a família, mas os Bader seriam varridos do enclave palestino dez meses depois pela pólvora enviada pelas Forças de Defesa de Israel, sob ordens do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

Na manhã daquele sete de outubro de 2023, Noura alertou o marido sobre a fumaça de mísseis que pairava no céu, pouco tempo depois de ouvir barulhos de explosões próximo dali. Os filhos Bader Monir Bader, Rose Monir Bader e Mohamed Monir Bader – de, respectivamente, 11, nove e quatro anos – dormiam, e os mais velhos tinham atividades na escola marcadas para o dia, um sábado. Monir decidiu, mesmo assim, levar as crianças até o local e manter a rotina.

De sua casa em Jabalia, no hoje esfacelado e irreconhecível Norte da Faixa de Gaza, Monir conta que também pensou que os estrondos de explosões pudessem ser exercícios militares, mas que a ficha caiu

quando seus filhos foram mandados de volta para casa sob um forte rumor de que Gaza estava em guerra.

Para que ele não se perdesse nas frases em português – um dos maiores desafios para os imigrantes que chegam ao Brasil – e pudesse se expressar melhor, em árabe, nossa conversa é intermediada pela tradução voluntária de Mohammad “Moka” Kadoura, imigrante sírio que hoje vive na Alemanha, e que ouve comigo o “fica tranquilo!” de Monir ao pedirmos permissão e licença para fazer perguntas sobre eventos traumáticos vividos pelos Bader. Em um segundo encontro, quem também ajuda no intercâmbio linguístico é Paulo Abo Omar, de 25 anos, irmão de Monir e primo de Noura. No Brasil desde 2019, ele cultivou um excelente português e agiliza nossa comunicação. “Desde que eu cheguei aqui, eu saio de casa de manhã eu volto à noite. Então eu tenho que falar de qualquer jeito”, ele conta, sorrindo.

A família faz jus à fama de seu povo: muito hospitaleiro. Durante a nossa conversa, Noura serve esfihas de carne, e de espinafre com tomates; também serve chá de sálvia. Ela busca uma sacola com as folhas trazidas da Palestina para que eu sinta o cheiro e a textura, e conta que essa erva aromatizante é chamada de “maramia” em terras palestinas. Falamos sobre o café, bebida que esteve presente em todas as conversas com os palestinos deste livro, e Paulo explica que na Arábia Saudita ela é “loira”, e não escura como no Brasil. Noura imediatamente se dispõe a preparar o café para que eu prove.

Os Bader ouvem o Al Jazeera na televisão através da transmissão ao vivo do canal no Youtube enquanto conversamos. Monir está o tempo todo atento ao falatório árabe do jornal, que naquele momento reportava a morte do líder máximo do Hamas, Yahya Sinwar, assassinado pelo Exército israelense em Rafah dias antes da minha visita. Em outra divisão da tela, o canal mostrava a destruição de Jabalia e os civis feridos banhados em sangue e sendo carregados até um hospital. Monir me chama para mais perto. “Olha, Jabalia. Tudo destruído. Só bombas. Muitas bombas”. Na tela da televisão, a cidade parece inabitável após as explosões. “Acabou tudo”, diz Noura.

A tormenta pré-repatriação

O Hamas, grupo palestino de resistência armada que controla Gaza militar e politicamente, orquestrou, na manhã daquele sete de outubro, um ataque surpresa e sem precedentes contra o território ocupado por Israel. A cúpula militar do grupo disse ter lançado 5.000 mísseis em direção a posições inimigas e aeroportos israelenses, acionando sirenes em várias regiões, como no extremo Norte, e no Leste, em Tel Aviv. Veio dessa leva de foguetes a fumaça vista no céu turvo de Gaza por Monir e Noura.

A data escolhida pelo Hamas para a ofensiva é simbólica: marca os quase 50 anos da guerra do Yom Kippur, quando o Egito e a Síria atacaram – também de surpresa – Israel durante o sagrado feriado judeu, em protesto à ocupação israelense em territórios no Oriente Médio.

Israel, desde a concessão pela Organização das Nações Unidas (ONU) de uma área delimitada na Palestina para a construção de um lar aos judeus sobreviventes do holocausto nazista após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, expande de maneira reconhecidamente ilegal os limites desse território concedido inicialmente. As terras foram “entregues” após uma série de acordos entre países, contra a vontade dos palestinos, no contexto do movimento sionista em defesa da ideia de estabelecer um Estado judaico no Oriente Médio. Nos dias de hoje, o agora Estado de Israel ocupa quase a totalidade das terras antes habitadas pelos árabes na Palestina. A situação saiu do controle da ONU, e Israel recebe apoio político, financeiro e militar de potências como os Estados Unidos.

Um dos inúmeros efeitos colaterais dessa expansão, de viés assumidamente teocrático em nome da tomada da “Terra Prometida”, foi a criação de grupos de resistência armada para a “libertação” da Palestina. Entre eles, estão o Hamas em Gaza, o Al-Fatah no Kuwait, e o Hezbollah no Líbano, além do apoio de outros grupos como os Houthis do Iêmen – os dois últimos grupos apoiados e equipados pelo Irã, que os utiliza como forças adicionais para ataques por procuração.

Os ataques aéreos de outubro de 2023 em Israel deixaram um rastro de destruição que não pode ser comparado aos efeitos catastróficos de um ataque – indiscutivelmente desproporcional, diga-se de passagem – no terreno de Gaza, já que o espaço aéreo israelense consegue se proteger com uma taxa de sucesso superior a 90%. Isso graças ao Domo de Ferro (*Iron Dome*), equipamento militar desenvolvido com o apoio implacável dos Estados Unidos para interceptar foguetes lançando mísseis que explodem artefatos inimigos ainda no ar. Outros equipamentos de ponta trabalham para blindar Israel, como o Estilingue de Davi (*David's Sling*), a Seta (*Arrow*), o *C-Dome*, a Viga de Ferro (*Iron Beam*), e o sistema *Patriot*. Mesmo assim, pela primeira vez na história, o número de feridos iniciais no ataque contra Israel foi de, ao menos, 1.864 pessoas, deixando cerca de 326 em estado grave, segundo o Ministério de Saúde israelense.

Denominada “Tempestade Al-Aqsa”, a operação palestina foi uma resposta, segundo o comandante militar do Hamas à época, Muhammad Al-Deif (morto por Israel em agosto de 2024) aos ataques contra mulheres muçulmanas e ao desrespeito dos israelenses para com a mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém. Al-Deif convocou povos árabes e islâmicos para usarem, literalmente, as suas armas para a “libertação de Al-Aqsa”.

A posição combativa do Hamas vem, também e principalmente, em retaliação à chamada Nakba, palavra árabe que pode ser traduzida como “catástrofe” e que faz referência ao êxodo forçado e em massa de palestinos a partir de 1948. Neste ano, ao menos 711.000 árabes palestinos foram expulsos de suas casas por causa da guerra civil e da Guerra Árabe-Israelense, segundo dados da ONU. Em mensagem de convocação, Al-Deif deixa clara a sua intenção de não somente atacar Israel, mas de lançar a “maior batalha” para dar fim à “última ocupação” e ao “último regime de apartheid do mundo”.

A conquista de territórios palestinos por Israel garantiu a imposição de um cerco total a Gaza, entregue aos palestinos em 2005 após ser tomada e ocupada por israelenses em 1967. Nas palavras do pales-

tino-brasileiro repatriado Hasan Rabee, de 30 anos, "para você comprar comida, tem que passar por Israel. Para você ter energia, tem que passar por Israel. Para você ter água, viajar, entrar no mar, pegar peixe, tem que pegar autorização de Israel".

Falando sobre o ataque de outubro de 2023, Hasan questiona: "Nem um mosquito consegue entrar em Israel pelo lado palestino. Como é que aconteceu tudo isso? Parece tudo planejado. Não tocou sirene, não tocou nada. Parece que está tudo aberto, 'pode entrar', vai lá entrando", questiona Hasan. Isso porque a operação não se limitou aos ataques aéreos, mas contou com a complementar operação terrestre que rasgou as grades que separam Israel da Faixa de Gaza. Os brasileiros desconfiam, de forma unânime, da facilidade com que o Hamas teria tido para infiltrar tropas em Israel através da demolição das grades vigiadas que delimitam árabes de judeus.

Ao menos 22 cidades israelenses foram atacadas por combatentes do Hamas no fatídico sete de outubro, e vários civis e soldados foram tomados como reféns, segundo as Forças de Defesa de Israel (FDI), que falam em "centenas" de combatentes envolvidos na operação. Imagens de câmeras de segurança e também de câmeras corporais acopladas aos trajes dos combatentes da resistência mostram a singular brutalidade com a qual a ofensiva do Hamas foi posta em prática. Em uma das imagens, combatentes aparecem atirando à queimadura contra civis que caminhavam na rua ou que estavam dentro de carros, e também sequestrando pessoas de *kibutzim* como o de Be'ri, a cinco quilômetros de Gaza e ao sul de Israel.

A última festa

O festival de música eletrônica "Universo Paralello", criado em Goiás por Juez Petrillo, o DJ Swarup, pai do DJ brasileiro Alok, acontecia pela primeira vez no Oriente Médio. A edição "Tribe of Nova" estava no deserto de Negev, perto do *kibutz* de Re-im, a cerca de 20 quilômetros do enclave palestino. A festa foi interrompida com as rajadas de mísseis e a chegada de carros e motocicletas do Hamas, que rapidamente realizaria um massacre no local. Um comunicado oficial



LÍBANO

SÍRIA

CISJORDÂNIA

Faixa de Gaza

ARÁBIA SAUDITA

ISRAEL

JORDÂNIA

EGITO



Mar Mediterrâneo

Beit Lahia

Erez

Sderot

Jabalia

Gaza

Beit Hanoun

Corredor de Netzarim

Tel Al-Hawa

Nahal Oz

Karni

Al-Zeitoun

Al-Zahra

Be'eri

Deir Al-Balah

Campo de Maghazi

Re'im

Kissufim

ISRAEL

Khan Yunis

Abasan Al-Kabera

Rafah

Rafah

Sufa

Kerem Shalom

EGITO

da organização do evento disse que todos estavam "profundamente chocados". Petrillo gravou os primeiros momentos da ação, quando mísseis foram vistos no céu. "Estou em choque até agora! E as bombas não param de explodir... depois conto mais detalhes", escreveu ele em uma rede social momentos depois do início do ataque.

Em outra postagem, Petrillo diz que um atraso na programação do evento adiou sua entrada no palco por conta de problemas de saúde que teve no mesmo dia. "Surreal! Espiritual demais! Foi a primeira vez que aconteceu isso, nunca uma festa parou assim! Sei nem o que fazer e dizer", relatando a presença de helicópteros, explosões e falta de energia elétrica. O que o DJ estava registrando também pôde ser visto no céu e ouvido pelos palestinos do outro lado das grades que envolvem toda aquela faixa de terra, que mais se assemelha a um "campo de concentração à céu aberto", como descreve Hasan.

Atiradores do grupo palestino armado chegaram ao evento e dispararam contra os civis na festa. Imagens mostram uma grande movimentação de pessoas que tentavam entrar em seus carros, ou que fugiam com os próprios pés para se dispersarem por outros locais à procura de esconderijos ou *bunkers*. As páginas do evento na internet foram inundadas de comentários de pessoas que procuravam informações sobre parentes ou amigos que estavam na rave. Zaka, um grupo de voluntários de resposta pós-desastres em Israel, reportou que ao menos 260 corpos foram encontrados no local do evento. Entre os mortos, muitos brasileiros, como a gaúcha Ranani Nidejelski Glazer, de 24 anos; a carioca Karla Stelzer Mendes, de 41; e a também carioca Bruna Valeanu, de 24.

Tanto o Hamas quanto a ONU confirmaram a presença de reféns israelenses, entre civis e militares, retidos em Gaza. Esses reféns foram sequestrados para um possível uso como moeda de troca para qualquer coisa – em 2011, por exemplo, o governo israelense devolveu mais de 1.000 prisioneiros palestinos que estavam em Israel em troca do soldado israelense Gilad Shalit, capturado em 2006. Um dos prisioneiros devolvidos por Israel naquele ano foi Yahya Sinwar, encar-

-cerado por mais de duas décadas e justamente um dos maiores responsáveis pelo planejamento do ataque do Hamas em 2023.

Ronza AbuJayyab e o marido, Akram, moram em São Paulo desde 2022 e tentam manter o contato com a família, que está na Faixa de Gaza, em plena guerra. O casal já vivenciou outras três guerras, incluindo o último e até então mais mortal conflito no enclave, em 2014 – a gota d'água que trouxe Hasan Rabee ao Brasil. Por essas experiências anteriores, a engenheira de 30 anos diz que não subestimou os efeitos colaterais da investida do Hamas. Por essa instabilidade na região, o casal foi procurar um ambiente seguro para estudar, construir uma família e buscar a parte dela que está em Gaza, depois de ter deixado o enclave graças à conquista de uma bolsa de estudos para completar um mestrado. Depois de passar pelo Egito e pela Turquia, o Brasil parece ser o destino de Ronza e Akram pelos próximos anos.

De São Paulo, o casal assistiu à escalada da guerra. Os dois, que são primos, e a família não esperavam que a destruição que se seguiria em seu território fosse tão devastadora, muito embora não duvidassem desse potencial. Ronza conta que ela e Akram tiveram um "sentimento de justiça" ao saberem que o Hamas levou israelenses como prisioneiros para dentro da Faixa de Gaza. "Temos prisioneiros palestinos em Israel e precisamos trazê-los de volta. Aquela é nossa terra [ocupada por Israel], e também ficamos felizes por estarmos agora dentro de uma terra que nunca vimos antes. Mas eu estava com muito medo porque eu sabia que a guerra estava vindo."

O casal considera Israel uma ocupação ilegal sionista e não se refere ao Hamas como um grupo terrorista, mas de resistência. Ronza critica a truculência do governo de Gaza, controlado pelo grupo armado que também é uma organização política, mas argumenta que ele atua como a única defesa de seu povo contra a violência e poderio militar desproporcionais israelenses.

A *International Foundation for Solidarity with Prisoners*, fundação que estuda e divulga dados especificamente sobre prisioneiros palestinos em detenções israelenses, estima que, desde 2015, mais de 20

mil detentos passaram por prisões em Israel; e, desde 1967, os números chegam a mais de um milhão de palestinos. Uma outra forma de domar o avanço de Israel seria, portanto, para o casal Ronza e Akram, a igual prisão de israelenses em Gaza.

Mesmo pessoas que foram mortas no dia do ataque foram levadas para Gaza, como o brasileiro Michel Nisembaum, de 59 anos, assassinado em Re-im, onde estava para buscar uma neta. Mas as negociações para a troca de prisioneiros, ou negociações para qualquer pausa, qualquer blefe, não foram iniciadas tão antes que a guerra entre os dois territórios tivesse atingido níveis cada vez mais sem precedentes. As FDI contabilizaram oficialmente mais de 1.400 israelenses mortos no ataque do Hamas, e outros 250 sequestrados pelo grupo.

Espadas de Ferro

“Cidadãos de Israel, estamos em guerra. Não numa operação, ou em rondas, mas em guerra. Ordenei uma ampla mobilização de reservas e que respondêssemos ao ataque de uma maneira que o inimigo não conhecia. O inimigo pagará um preço sem precedentes”, disse primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, em discurso declarando oficialmente a guerra contra o Hamas após o saldo sangrento de outubro.

Naquele momento, foi oficializado o início de uma incursão aérea denominada “Operação Espadas de Ferro” na Faixa de Gaza, seguida de uma invasão terrestre de volume e violência nunca vistas antes em toda a história do enclave.

Evidentemente, o “preço” de Netanyahu não é cobrado do Hamas isoladamente. A Faixa de Gaza tem cerca de um quarto da área do município de São Paulo; antes do conflito, viviam amontoadas ali mais de duas milhões de pessoas. De antemão já era possível concluir que um míssil que atinge o solo daquela região tem o potencial para devastar um quarteirão inteiro. Famílias inteiras e casas inteiras. Uma das residências que foram reduzidas a escombros pela contraofensiva israelense foi a de Noura Bader.



Noura Bader, fotografada em sua casa, na Zona Leste de São Paulo, em outubro de 2024. Foto: Gustavo Zanfer



*Monir Bader, marido de Noura, fotografado logo em seguida, no quintal de casa.
Foto: Gustavo Zanfer*

Até o começo de 2023, antes de voltar ao Oriente Médio e perder tudo, Noura morava com a família na capital paulista na condição de refugiada e recebia cuidados da organização I Know My Rights, ONG que atuava na proteção de crianças refugiadas no Brasil. Ela nasceu na Faixa de Gaza, enquanto Monir e os filhos mais velhos são da Arábia Saudita. Mohamed, o bebê, nasceu no Brasil.

Noura é uma figura conhecida pela comunidade imigrante de São Paulo. O seu rosto está estampado, desde 2022, em um mural de 736 metros quadrados (5,8 metros de altura por 127 metros de extensão) pintado pelo artista Eduardo Kobra em frente ao Museu da Imigração, na zona Leste. O mural “Janelas Abertas para o Mundo” retrata oito imigrantes de diferentes origens.



Noura Bader tira selfie com o artista Kobra em frente ao Museu da Imigração, em São Paulo. No fundo, o mural retrata Noura. Foto: Reprodução/Redes sociais

Para sustentar a família, Monir trabalhava como taxista e conhecia Jabalia de ponta a ponta. Uma das atividades favoritas da família era usar o tempo livre para ir até a praia, na costa de Gaza, cujo litoral faz saída para o mar Mediterrâneo. A faixa litorânea é uma das poucas

opções de lazer para os palestinos do enclave, privados de quase tudo. Monir também trabalhou como motorista no Brasil, e gostava do trabalho. "Um trabalho bom, muito bom."

A família conta que um dos principais motivos que os fizeram ir embora do Brasil foi o alto custo de vida. "[A vida no Brasil] agora está muito cara. Quando chegamos, tudo barato. No mercado, com cem reais eu enchia o carrinho. Na feira, só precisava de 50 reais; tudo um real, 50 centavos. Tomate, banana. Agora o tomate está sete, oito reais o quilo. O ônibus antes custava dois reais, e o metrô também. Agora, cinco reais. Preciso andar bastante de ônibus", relata Monir.

A saudade e o descontentamento com as condições de vida em São Paulo fizeram as malas da família que voltava à Palestina depois de tanto tempo sem pisar em suas terras. Monir conta que o Egito possui uma máquina burocrática muito grande para barrar a permanência de palestinos no país, que faz fronteira com Gaza, para bloquear o deslocamento e a retenção em massa de pessoas que querem fugir da guerra.

Monir explica que tanto tempo longe de Gaza se deu muito pelos altos custos da desgastante viagem de 14 horas do Brasil até o Egito, e de lá até a Palestina. Ele também ressalta a grande dificuldade para atravessar os filtros egípcios e israelenses até passar a fronteira de Rafah e adentrar o enclave. Ele não quis colocar seus filhos e esposa sob dificuldades. Pouco tempo antes da viagem, Monir estava no também custoso processo de obtenção da cidadania brasileira, o que retardou ainda mais o retorno.

Depois que conseguiram voltar, os Bader viveram na casa em Jabalia por apenas oito meses e já haviam evacuado a região quando o imóvel foi bombardeado. O distrito é densamente povoado: a ONU estima que mais de 110 mil pessoas vivam no 1,4 quilômetro quadrado da cidade. Jabalia é um campo de refugiados criado pouco depois da guerra árabe-israelense em 1948, e recebeu centenas de milhares de palestinos após as hostilidades de colonos que formavam Israel. A jornalista e escritora americana Mariam Berghouti, que integrava um time



Casa de Noura Bader após bombardeio de Israel na Faixa de Gaza. Foto: Noura Bader



Bairro em Jabalia destruído por bombardeios israelenses. Foto: Noura Bader

de imprensa dentro da Faixa de Gaza reportando a situação no enclave, escreveu em outubro de 2024 que Jabalia estava sitiada por todos os lados, e que até então havia centenas de mortos contabilizados, “milhares desde o início da guerra”. Ela relata a presença de tanques de guerra israelenses a “somente centenas de metros de distância”, enquanto tropas atiram “em tudo o que se move”. Sob o pretexto de eliminar membros do Hamas que estariam infiltrados entre residentes civis, “Israel tem deixado o Norte passar fome intencionalmente desde o início da guerra. Há um ataque selvagem e brutal contra o Norte de Gaza, e Israel agora quer eliminar a região”, escreveu Barghouti em uma coluna.

A maioria dos residentes foi deslocada ou teve as suas casas destruídas assim como a casa de Noura. Um ano depois do início da guerra, ataques aéreos semanais deixam muitos civis mortos – ora 30, ora 15, ora 135. O chefe da UNRWA, agência de assistência da ONU para refugiados palestinos, registrou em uma rede social em outubro de 2024 que ao menos 400.000 pessoas estão presas em Jabalia. Monir disse que não recebeu e que tampouco soube de nenhuma comunicação oficial por Israel sobre bombardeios em seu bairro. As pessoas simplesmente começaram a dizer que a área seria atacada, explica o árabe-saudita, que não voltou mais para lá com a família depois que as casas foram postas abaixo. Ele relata que os deslocamentos eram movidos a boatos, que acabavam por se materializar.

Esses boatos eram espalhados por aqueles que eram “escolhidos” para serem contatados por Israel. O Estado repassava as ordens de movimentação, como explica Ronza. No caso dos brasileiros e de seus familiares, a embaixada brasileira em Ramallah, na Cisjordânia, fazia a intermediação, sempre que possível, entre as famílias no enclave e a cúpula militar israelense. Nem sempre as informações chegavam à representação brasileira, por vezes também pega de surpresa.

No caso da engenheira e do marido, ambos com status de refugiados e que ainda estão no processo de obtenção de cidadania brasileira, não havia suporte algum para sua família em Gaza – a avó, o pai,

a mãe, uma irmã e dois irmãos. "Israel ligava para determinadas pessoas no bairro. Na primeira vez, eles ligaram para um residente e informaram os números dos edifícios que seriam explodidos. Disseram às pessoas para deixarem esses edifícios e irem para fora, de manhã. De noite, eles ligaram de novo e disseram à mesma pessoa para contar a todos dali que a ordem era que fossem até uma universidade e ficássemos lá, porque os edifícios seriam bombardeados", ela relata.

Ronza, Akram e a família são de Al-Zahra, cidade que separa o Norte da Faixa de Gaza do Centro e do Sul. A região fica próxima ao corredor de Netzarim, estrada de cerca de 6,4 quilômetros que corta o enclave em duas metades, e que hoje comporta a presença maciça do Exército de Israel para a construção de bases militares. Embora Israel tenha desocupado Gaza em 2005, voltou a operar no corredor após o sete de outubro para criar uma "zona de segurança" e monitorar de perto as movimentações dos palestinos e do Hamas. Toda a turbulência militar de Netzarim ecoa no antes charmoso e calmo vilarejo de Al-Zahra.

"Me levou algumas horas para entender o que estava acontecendo tanto pelo lado israelense quanto pelo lado palestino também. Em pouco tempo, Israel começou a chegar com aviões e jogar bombas nas casas, explodindo tudo em todo lugar, sem nenhum alvo, como pessoas loucas explodindo todas as casas, todas as ruas, todos os carros se movimentando." A família AbuJayyab perdeu todos os pertences, como a casa em Al-Zahra, uma outra residência na cidade de Gaza, e um carro. "Minha família só levou uma mochila que eles organizaram antes com documentos importantes, e só saíram." Em uma das recentes ligações com os pais, Ronza soube que a família, em constante deslocamento, está em Rafah, na fronteira com o Egito. "Minha família estava dormindo em um quarto minúsculo da casa, para morrerem juntos se fossem bombardeados", conta.

Ao sul de Gaza, Hasan Rabee morava com parte da família em Khan Yunis, mais uma das principais cidades criadas a partir de campos de refugiados para palestinos expulsos de suas casas desde a Nakba em

1948. Segundo Israel, a cidade abrigou dezenas de bases do Hamas, o que serviu de forte pretexto ao alegado direito de defesa para bombardear toda a região em busca da aniquilação dos militantes armados, em meio a, segundo a ONU, cerca de 1,7 milhão de pessoas. Khan Yunis estava irreconhecível em 2024, com a proliferação de doenças, acúmulo de lixo, e mais superlotada do que antes, devido à fuga de pessoas para lá após os bombardeios em Rafah, no Sul.

"Hoje em dia, quando a gente fala da cidade de Khan Yunis, onde a gente estava, a gente sabe que é a pior cidade da Faixa de Gaza. A minha família tem seis casas lá; me pergunte, quantas casas sobrou? Eu te falo: nenhuma. Todas foram bombardeadas, destruídas. Não só da minha família. A minha família é só um exemplo entre dois milhões de habitantes. Imagine que você chega na capital de São Paulo e falar 'vou destruir tudo, não vou deixar nenhuma casa'. Isso não aconteceu nem na Segunda Guerra Mundial", lamenta Hasan.

O foco itinerante da guerra não é mais em Khan Yunis, mas dezenas de mortos são reportados semanalmente por lá. Não há absolutamente nenhum lugar do enclave que foi poupado do “longo braço de Israel”.

Os mortos

Mesmo que Monir tenha nos dados liberdade para perguntar sobre assuntos muito delicados de sua vida na guerra, ele diminui o ritmo da fala e abaixa a cabeça para falar das pessoas que perdeu. “Muitos amigos”, ele diz. Também relata a morte de um tio e dos sobrinhos. Ele é breve nesta parte da conversa, e mudamos de assunto em seguida.

Akram relata a morte da mãe de seu melhor amigo, uma “segunda mãe”. Ela participou da cerimônia de casamento dele e Ronza no lugar dos pais de Akram, que tinham imigrado para os Estados Unidos. Além dela, Akram fala sobre um ataque israelense a um prédio, evento que matou 44 pessoas da mesma família, uma delas casada com seu tio. O número de palestinos mortos no enclave ultrapassava 40.000 pes-

-soas até setembro de 2024, segundo dados do Ministério da Saúde de Gaza, órgão controlado pelo Hamas. O número leva em conta somente os corpos que foram contabilizados em hospitais ou recuperados pelas forças de resgate palestinas, e não dá conta de outros muitos que morreram sem ter seus corpos coletados, ou que estão sob escombros de edifícios bombardeados por Israel.

O órgão de saúde diz que a grande maioria dos mortos em Gaza é composta por mulheres, homens, crianças e idosos inocentes. Muitos palestinos podem ter sido desintegrados por bombas e são dados como desaparecidos, já que é quase impossível de reconhecê-los através de migalhas de restos mortais – somente via testes de DNA, recurso que não está disponível em uma zona de guerra cuja frota médica carece de recursos extremamente básicos, e que realiza amputações de membros sem anestesia, que também acabou.

Entre os desaparecidos estão cerca de 21.000 crianças, de acordo com um relatório divulgado pela Save the Children em julho de 2024. Outros tantos indigentes que pereceram são embalados em sacos azuis e jogados em valas comuns. Vários vídeos divulgados por jornalistas no enclave mostram caminhões transportando pilhas de palestinos mortos dentro desses sacos. Quando os ajudantes abrem as portas dos veículos atolados de cadáveres envoltos em moscas para que seus parentes possam reconhecê-los, é quase possível sentir o cheiro.

Dos que escapam desse destino, muitos carregam profundas cicatrizes. Também em julho de 2024, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que até 17.550 do total de 22,5 mil feridos em Gaza tinham lesões graves e duradouras. Muitos deles seguem aptos para seguir denunciando a violência de suas histórias.

Hasan conta que perdeu amigos e também parentes, como um de seus primos, cuja esposa também morreu junto aos filhos e netos do casal. Eles morreram após um ataque aéreo próximo a casa deles. “Bastante gente da família faleceu. O meu tio... [respira] faz dois meses que a gente não tem notícia dele. A gente a gente entrou em contato

com a Cruz Vermelha [organização voluntária de assistência humanitária às pessoas afetadas por situações de violência] para ver se ele pode estar preso em Israel, mas não temos retorno.”

Naquela tarde ensolarada em São Paulo, Hasan fez a cortesia de pagar um café para mim e estava muito disposto a colaborar com as informações. Ele apertava os dedos, se debruçava sobre a mesa, usava o celular, atendia ligações. Olhava para o alto, retomava o que estava falando. O palestino não pode esconder o fardo que carrega e está muito preocupado com as pessoas que ama e que ainda estão na Faixa de Gaza. Ele considera que as chances de seu parente ter sido somente detido por Israel sem sofrer sequelas são pequenas, porque o Estado “mata qualquer pessoa se movimentando”; e lamenta: “Dois meses é bastante tempo”.

Em sua conta no Instagram, Hasan dá atualizações sobre o paradeiro de Mahmoud. “Este é meu tio, um homem respeitável e caridoso, professor e educador de gerações em Gaza. Ele perdeu mais de 30 quilos só neste genocídio contra o povo palestino, e o mundo assiste a isso televisionado.”

“Mahmoud desapareceu há mais de dois meses em Khan Yunis, quando o exército israelense estava lá. Todas as indicações são de que ele foi assassinado pelo Exército da Israel. Ele é uma entre as mais de 13.000 histórias semelhantes.” A família Rabee já anunciava internamente que Mahmoud estava morto, antes mesmo de qualquer confirmação. Alguns dias depois da minha conversa com Hasan, seu tio foi encontrado morto sob os escombros de sua casa em Khan Yunes. “Você era próximo dele?”, eu pergunto. “Sim.” Hasan se emociona e pausamos a conversa.

Nos escombros de Gaza

“Eles vão entrar e vão acabar com todo mundo, com os prédios, com as árvores, com as crianças e os bichos. Tudo vai ser morto.”

Shahed al-Banna

Sentado ao lado da janela do quarto e sem conseguir dormir, o palestino-brasileiro Hasan Rabee inicia uma transmissão ao vivo em sua conta no Instagram para falar com seus seguidores, mas um zumbido ininterrupto chama a atenção. É um dos drones militares do Exército de Israel que sobrevoa a região de Khan Yunis, uma das cidades mais destruídas por bombardeios israelenses, no sul da Faixa de Gaza, onde Hasan estava com sua família.

“É 24 horas por dia. Esse barulho, ‘zzzzzz’ [imita um zumbido], é insuportável”, diz Hasan. Em outro vídeo publicado em suas redes sociais, de outra janela, ele filma uma explosão que acaba de atingir o seu vizinho, a poucos metros de distância. “Eles [Israel] conseguem ver tudo por cima, e, de repente, uma bomba cai; 30, 40, 50 pessoas mortas do seu lado. Quase nunca existe um aviso. Você não sabe quando ou onde vai acontecer.”

O relato dá conta do cheiro do material explosivo, da poeira asfixiante, de corpos espalhados pelo chão da rua, adultos e crianças mutilados por estilhaços e escombros, e o estrondo ensurdecedor após os impactos dos drones contra as edificações nos distritos. Não era possível esconder de suas duas filhas, então com seis e três anos, o que estava acontecendo na Faixa de Gaza.

Hasan Rabee mora no Brasil desde 2014, quando fugiu sozinho das condições de vida insalubres do enclave palestino – uma estreita faixa de terra no Oriente Médio encurralada ao Sudoeste pelo Egito, e ao Leste e Norte pelo território historicamente palestino, mas hoje ocupado e majoritariamente considerado como pertencente ao chamado “Estado de Israel”. Naquele ano, as Forças de Defesa de Israel (FDI) lançavam a Operação Margem Protetora na Faixa de Gaza, à procura de três adolescentes israelenses sequestrados e assassinados. A resposta de judeus extremistas foi o sequestro de um outro jovem, um palestino, morto depois de ter sido queimado vivo.

Após o disparo de mísseis contra o sul de Israel em protesto, as FDI fizeram a operação mais mortal no enclave desde 2008, com mais de 2.000 palestinos e 60 militares israelenses mortos, segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (Enucáh). Hasan quis ir embora.

Depois de ter pedidos negados pela Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, ele conseguiu, finalmente, um visto de refugiado no Brasil, conquistando a sua cidadania anos mais tarde. Em Gaza, Hasan estudou Tecnologia da Informação. Antes de sair do enclave, em 2014, ele havia começado a estudar jornalismo, mas deixou os estudos de lado para imigrar no Brasil.

Em São Paulo, o recém-chegado refugiado encontrou uma grande comunidade árabe, fruto de um forte fluxo migratório no estado desde 1920, e ingressou no comércio para trabalhar. Na capital paulista foi onde ele também conheceu sua esposa, a brasileira Dyana Abo Salem, com quem tem duas filhas nascidas no Brasil.

Quase uma década depois, no final de setembro de 2023, Hasan voltou à Faixa de Gaza com Dyana e suas filhas. O plano era ficar até dois meses no enclave palestino em visita à família de Hasan e estar presente no casamento de Rawan Rabee, uma de suas irmãs, de 22 anos, com o palestino Mahmoud Hammad, de 33. A cerimônia não aconteceu: dias depois da chegada de Hasan a Gaza, na manhã de sábado do dia sete de outubro daquele ano, o grupo palestino armado

Hamis lançou o grande ataque aéreo e uma incursão terrestre contra Israel. “Eu estava dormindo, todo mundo dormindo. A minha esposa me acordou às 6h da manhã e disse ‘estão jogando bombas’”, conta Hasan.

O bombardeio e a interceptação de mísseis do Hamas pelo sistema de defesa antiaérea de Israel, o Domo de Ferro, foram ouvidos de Khan Yunis e, provavelmente, de quase toda a Faixa de Gaza, de só 360 quilômetros quadrados – de carro, é possível atravessar o enclave de ponta a ponta em uma viagem de pouco mais de uma hora.

“Pensei que talvez aquilo fosse um exercício [militar], jogando e testando bombas no mar, porque estava tudo tranquilo até então. Um sábado, e as coisas antes todas normais, tudo sossegado. Levantei olhando pela janela, e vejo explosões [no céu]. Eu fiquei parado um tempo só para entender o que estava acontecendo. Cada um falava uma história, de que era isso e aquilo, e a gente descobriu o que estava acontecendo através do jornal.”

A guerra em primeira pessoa

Com a presença cada vez menor de jornalistas em um local tão hostil – e a quase banalização de assassinatos semanais de profissionais de imprensa, somando ao menos 175 mortos em um ano, segundo a Federação Internacional dos Jornalistas –, Hasan foi uma espécie de correspondente informal, uma das mais importantes fontes de informações sobre a ocupação israelense em Gaza e sobre como ela estava afetando os brasileiros desde outubro no enclave. O cotidiano narrado por ele ajudou a guiar a tomada de decisões pelo governo brasileiro através da embaixada do Brasil na Palestina, sob intermédio do embaixador Alessandro Candéas, em Ramallah, na Cisjordânia.

Não existe representação brasileira dentro de Gaza, portanto quase todo o contato da embaixada com os brasileiros que estão no enclave é feito via internet – pelo aplicativo de mensagens WhatsApp ou por ligação telefônica, por exemplo. “Quando a gente perdeu uma ligação lá [em Khan Yunis], eles [a embaixada brasileira] mandaram



O palestino-brasileiro Hasan Rabee, fotografado na região central de São Paulo, em abril de 2024. Foto: Gustavo Zanfer

uma pessoa até a minha casa para ver como a gente estava. Ficamos três dias sem ligação, cortaram a internet, a comunicação, por completo. E aí eu estava em casa quando alguém bateu na porta. Quando eu perguntei quem era, ele falou que foi enviado pela embaixada só para saber como é que a gente estava”, conta Hasan, que elogia os esforços da representação brasileira no empenho em fornecer ajuda aos brasileiros e familiares. “A embaixada do Brasil, mesmo que eles não tenham escritório e nada na Faixa de Gaza, conseguiram fazer um grande trabalho.”

Em seu perfil no Instagram, Rawan Rabee também faz o trabalho de denúncia da situação dos palestinos. Com mais de 50.000 seguidores, ela compartilha conteúdo voltado ao público árabe, em árabe. Seu irmão, por outro lado, tem como alvos a mídia e o público brasileiros usando o português aprendido ao longo de quase uma década no Brasil. Hasan fez a maior parte do conteúdo registrando a catástrofe humanitária em Gaza com seu próprio celular, relatando cada novo passo dado rumo à fuga do conflito.

No escuro

A falta de energia elétrica na Faixa de Gaza é o segundo maior gargalo, depois da destruição de torres de sinal, que fez com que o grupo de brasileiros e familiares ficasse incomunicável por vários dias a fio. A jovem Shahed Al-Banna, de 18 anos, mostra, em um dos vídeos, vários celulares desligados com o que parecem ser baterias portáteis, e diz que tentaria carregá-los em algum mercado próximo. Porém, manter-se conectado à internet na faixa para acessar informações sobre a guerra, segurar o contato com amigos, familiares e com a embaixada brasileira pode custar a vida.

Quase toda a infraestrutura do enclave foi destruída por Israel, e só é possível carregar os aparelhos em alguns locais, como em algumas residências, hospitais ou mercados que ainda não foram reduzidos a escombros. Hasan leva uma mochila com os eletrônicos de toda a família até um desses pontos, e é conduzido por uma carroça puxada por um burro de carga, já que não há mais combustível para os carros,



*Celulares são carregados aos montes em Gaza com auxílio de energia solar.
Foto: Hasan Rabee*

que também foram quase todos destruídos. No caminho, drones e explosões são ouvidas e vistas durante a etapa de contraofensiva, ainda exclusivamente aérea. Mas, sem internet, os aparelhos carregados não têm utilidade.

Os brasileiros ficam às cegas quando o sinal de internet cai em meio a sucessivos apagões de comunicação no enclave, e de acusações de fornecedores de telecomunicações de Gaza em relação a cortes deliberados por Israel após danos físicos em linhas de fibra que ligam o enclave ao Estado judeu.

Cidadãos comuns arriscam tudo para ficar nas lajes das casas expostos a drones, escalam terrenos altos em busca de sinal para seus celulares, ou contam com engenheiros palestinos que viajam até locais perigosos para tentar consertar a infraestrutura danificada. Há diversos relatos de mortes. Concomitantemente a isso, é pelo Facebook que o Estado de Israel publica grande parte das instruções oficiais sobre a guerra, com avisos de ordens constantes de evacuação de regiões que serão bombardeadas. Sem conexão, brasileiros e familiares, assim como toda Gaza, correm grande risco de morte.

Uma alternativa utilizada por brasileiros para manter a ligação com a internet – e, portanto, manter a conexão com a embaixada, com seus amigos e familiares, e ter acesso aos jornais e aos comandos de Israel publicados em redes sociais – são os SIMs eletrônicos, ou eSIMs, a versão virtual de um cartão SIM (o "chip") físico. Não é necessário ir até um local para adquirir os eSIMs, assim como a tecnologia não depende integralmente da infraestrutura esfacelada de Gaza.

Os usuários podem comprar e ativar um plano remotamente para ter acesso a dados móveis fornecidos por uma rede estrangeira em grande parte independente do Estado de Israel – uma boa notícia, também, para os palestinos que moram próximos ao litoral de Gaza, região que está mais distante das torres de sinal israelenses. Estabelecimentos de importância vital na faixa também se beneficiam da tecnologia, como, por exemplo, o hospital Al-Awda, em Jabalia, e comércios que vendem comida.

Um pacote de 15 dias de internet ilimitada fornecida pela empresa Holafly ao Oriente Médio pode custar US\$ 47, ou R\$ 266 na cotação atual (com o dólar a R\$ 5,66). Mesmo o pacote mais acessível – da Nomad, com 3 gigabytes válidos por 30 dias – sai por volta de US\$ 14, ou R\$ 79,24. Esses valores não cabem no bolso da maior parte dos palestinos em Gaza.

Para ajudar a solucionar o problema, a ativista egípcia Mirna El Helbawi criou o Connecting Gaza, ONG que angaria apoio de pessoas de todo o mundo para comprar e disponibilizar eSIMs através do intermediário do grupo. A ativista gerencia o recebimento de QR codes gerados após a compra dos pacotes de internet, que são enviados ao e-mail da ONG, que afirma enviar milhares de eSIMs para o enclave palestino todos os dias.

Grupos de pessoas no Brasil organizam financiamentos coletivos, as chamadas “vaquinhas”, versão brasileira da “GoFundMe”, para bancar uma leva de QR codes. Após a distribuição desses códigos, os voluntários do Connecting Gaza ainda fazem o trabalho de orientar os palestinos com um passo a passo cuidadoso para ativar os chips virtuais, que são repassados para outra pessoa caso não sejam ativados.

“Nós enviamos todos os eSIMs que recebemos. Tenha em mente que estamos lidando com pessoas em uma zona de guerra. Eles [palestinos] podem pegá-lo [o eSIM] e serem mortos antes de ativá-lo. Eles podem pegá-lo e seus telefones podem ser perdidos, ou destruídos. Eles podem pegá-lo e procurar por dias por uma conexão de internet estável para ativá-lo, e alguns deles o ativam sem sucesso devido à falta de conhecimento e às situações horríveis em que estão”, escreve a ONG em suas redes sociais. “Estamos realmente fazendo o nosso melhor e desejamos que vocês vejam o que estamos sentindo todos os dias. Às vezes, ajudamos as pessoas a ativar seus eSIMs enquanto estão cercadas por bombardeios. É por isso que pedimos que você espere pelo menos três semanas antes de enviá-lo novamente para outro alguém, para que possamos ter certeza de que o eSIM não foi realmente usado.”

O sucesso do Connecting Gaza possibilitou a Mirna El Helbawi, de 31 anos, expandir a ideia junto aos voluntários da ONG na criação do Connecting Humanity, que conecta pessoas vulneráveis em zonas de conflito em todo o mundo. Através dos racionamentos de conexão de internet e bateria dos aparelhos celulares, foi possível ver do Brasil as informações mais íntimas e cruas do cotidiano de brasileiros, de seus familiares e amigos em um ambiente mortal de guerra.

Na onda dos apagões de comunicação, Hasan denuncia em um de seus registros estar sem energia elétrica e sem água há 31 dias. Ele filma, na casa de uma das irmãs, sua mãe assando pães – item de luxo na Gaza atual, cujas padarias sobreviventes têm grades de proteção na fachada para conter possíveis roubos. O palestino-brasileiro narra que "é difícil para a gente achar papelão e madeiras para fazer [a lenha e assar] o pão. Mais difícil ainda é a farinha, que não se encontra. O saco estava, por exemplo, 40 reais, e hoje está 200, 300 reais. Cada dia que chega é pior do que o outro".

Os pães alimentariam cerca de 40 pessoas abrigadas no local à espera de um novo posicionamento do governo de Israel, ou do próximo contato da embaixada brasileira em Ramallah. "Além da guerra do bombardeio, outro sofrimento é o da comida. Muita gente passa fome. Eu tenho esse pão, mas, para você encontrá-lo, é outra guerra."

A entrada de alimentos durante o período de guerra é feita através de comboios de ajuda humanitária, como os caminhões da ONU que carregam remédios, alimentos, roupas e itens de higiene básica. Mesmo a entrada de ajuda não é livre e deve passar pelo crivo israelense que, por vezes, barra a chegada dos veículos. "A internet, a energia, a água, as fronteiras, o ar, o mar, tudo está sob o controle de Israel", ressaltava Hasan. "A ligação, eles escutam. Eles fazem controle de tudo mais que você imagina." O acesso à informação, porém, é mais difícil de ser filtrado com a globalização das redes sociais.

Para barrar integralmente o acesso à internet ou aos jornais e redes sociais de modo geral, Israel teria que elaborar um argumento mais potente do que simplesmente "eliminar o Hamas", principal mote

utilizado para bombardear as cidades em Gaza. "Eles [Israel] não têm condição de eliminar a informação. Mas eles têm fontes de informação, e eles podem aplicar *fake news*. Essas coisas no mundo inteiro existem", diz o palestino.

Conexão de internet é o que mantém as forças de Ronza Abu-Jayyab e Akram, semanalmente enganchados em seus telefones celulares esperando atualizações sobre a guerra na Faixa de Gaza. Quase todos os parentes da engenheira mecatrônica estão no enclave, e ela consegue conversar com o pai, a mãe, a avó, uma irmã e dois irmãos somente cerca de duas vezes por semana, quando o sinal de internet está minimamente favorável. Ronza conta que a família vive atualmente em Maghazi, um campo de refugiados palestino localizado na província de Deir Al-Balah, no centro da faixa. Lá, a conexão por eSIMs parece não funcionar adequadamente como em outras regiões do enclave.

"Para ter conexão de internet, eles [os pais] compram uma espécie de cartão para ter acesso ao Wi-Fi. Não são eSIMs, porque, no caso deles, eles teriam que estar muito perto da fronteira com Israel. Eu tentei comprar um eSIM para eles, mas não funcionou. Eles resolveram esse problema comprando todos os dias esses cartões com um número de algumas pessoas que tem internet via Wi-Fi e que vendem a conexão para as outras pessoas. É um mercado informal. O sinal também é bem fraco porque é como se você estivesse fora de sua casa e quisesse compartilhar sua conexão com seus vizinhos", relata Ronza. Seus pais pagam e recebem senhas de internet para duas ou quatro horas de conexão da mais baixa qualidade.

No começo da guerra, em outubro, os *blackouts* eram ainda mais comuns e a conexão era cortada de toda Gaza, "então ficávamos sem falar com a família por dez dias, duas semanas, até o serviço [de internet] voltar". Ronza tem dificuldades para descrever o sentimento de frequentemente não saber sobre o paradeiro da família, e se seus pais atenderiam as ligações ou chamadas de vídeo em meio às aflitivas tentativas, já que eles poderiam estar mortos.

"A situação está ficando cada vez pior"

A narração em primeira pessoa dentro de uma zona de guerra mortal é muito rara, levando, também, em consideração as condições precárias de Gaza em quase todos os quesitos possíveis. Shahed Al-Banna deixou uma importante contribuição ao mostrar o ponto de vista dos civis durante a guerra no território palestino, além de contribuir para sensibilizar a opinião pública e autoridades brasileiras para o empenho de esforços diplomáticos até o momento da repatriação. Shahed também é brasileira com cidadania palestina, nasceu em Gaza e já morou em São Paulo por anos. Voltou ao enclave palestino em 2022 com mãe, que sofria de um câncer e que deseja se despedir da família em Gaza, onde morreu pouco tempo depois devido ao agravamento da doença e falta de medicamentos.

Shahed não podia voltar ao Brasil sozinha por ainda ser menor de idade, e aguardava completar seus 18 anos. Enquanto isso, ela estudava literatura inglesa na Islamic University of Gaza, e sua irmã Shams, de 13 anos, frequentava a escola. As irmãs se preparavam para ir à universidade e à escola no sete de outubro, mas foram impedidas pelos bombardeios. Em meio à guerra, a família de Shahed recebeu comunicados do Exército israelense demandando que a população deixasse os imóveis da região, que seriam alvos de destruição por bombas das forças de Israel. A jovem passou a registrar, então, vídeos desesperados para denunciar a situação dos civis naquele momento.

Em um relato gravado quatro dias após o início do conflito, no dia 11 de outubro de 2023, no distrito de Al-Zeitoun, sul de Gaza, Shahed mostra a dinâmica de dispersão imposta por Israel. "Os israelenses ligaram para minha avó para dizer a ela que a gente tem que esvaziar a casa porque eles vão atacar hoje, ou amanhã. A gente não sabe. Faz quatro dias que a gente já saiu de casa, só que eles ligaram mesmo assim para confirmar o ataque", relata a jovem.

Na casa de uma tia, Shahed conta que o Exército entrou em contato novamente para alertar sobre um ataque que seria feito na casa



A palestina-brasileira Shahed Al-Banna, de 18 anos, tira uma selfie em frente a uma edificação destruída por bombardeios em Gaza em outubro de 2023

ao lado de onde ela estava. “Tem aqui mais de 20 pessoas, a maioria mulheres e crianças. Todos são inocentes, não têm culpa. Não temos tempo suficiente para sair porque temos medo de sermos feridos, então vamos ficar aqui até acabar o ataque”, diz em um vídeo publicado nas redes sociais. No dia seguinte, em 12 de outubro, Shahed volta às redes com um vídeo gravado em pleno ataque israelense. “A situação está ficando cada vez pior do que antes. Tem um ataque na minha frente [sons de explosão]. Eu e minha irmã estamos com tanto medo, querendo sair daqui o mais rápido possível. Faz cinco dias que não estamos conseguindo dormir direito; estamos sem luz, sem água”. O mesmo zumbido de drones rasga ao fundo, intercalado com sons de explosões.

Os israelenses ordenaram que os palestinos deixassem suas casas e se abrigasse no sul de Gaza, onde, segundo o Exército, seria um local seguro. Shahed estava abrigada em uma escola com Shams e sua avó Jamila, de 64. Em uma das inúmeras reviravoltas, Israel passou a atacar próximo ao local. “Nós achávamos que as escolas seriam um lugar seguro para nós, mas agora não é um lugar seguro. Eles vão

entrar e vão acabar com todo mundo, com os prédios, com as árvores, com as crianças e os bichos. Tudo vai ser morto.”

O canal GloboNews conseguiu conversar com Shahed por uma chamada de vídeo no momento em que a escola estava sendo desocupada após nova ordem de evacuação de Israel. "Eles decidiram agora que a gente tem que sair", diz a jovem, que estava com 19 brasileiros e outras dezenas de familiares palestinos do grupo. Cada contato com Shahed era considerado precioso, dados os *blackouts* de comunicação. Por muitos dias, não era possível saber se ela estava viva ou morta.

A corrida de Rafah

“Eu vi uma Gaza irreconhecível pelo caminho. Todos esses prédios demolidos são do Hamas?”
Mohammad Farahat

"Havíamos conseguido reunir os brasileiros do Norte de Gaza em uma escola católica, das Irmãs do Rosário [Rosary Sisters School], para evitar que fossem bombardeados, enquanto aguardávamos o melhor momento, o mais seguro, para deslocá-los para a fronteira com o Egito, no Sul. Inclusive avisamos às autoridades israelenses que estavam lá, via nossa embaixada em Tel Aviv, para que não atacassem". O embaixador Alessandro Candeas, à frente do Escritório de Representação do Brasil na Palestina, em Ramallah, na Cisjordânia, descreve os detalhes dos acontecimentos que se seguiram a um dos maiores triunfos da embaixada durante as movimentações de brasileiros e familiares na guerra: reuni-los em um local considerado o mais seguro possível, no Sul do enclave, em uma escola de freiras, até que pudessem seguir viagem.

A partir da escola, o time de diplomatas tinha a missão de levar as famílias até Rafah, cidade palestina que faz fronteira com o Egito e que guarda os portões com postos de imigração onde os civis poderiam aguardar as autorizações para finalmente deixar Gaza e fugir do massacre. Antes que isso fosse possível, um dos desafios da embaixada era manter o contato com todos os brasileiros em zona ativa de guerra, além de dar mínimas garantias sobre como seria a operação e onde todos iriam ficar.

Essa foi umas das exigências de Mohammad Farahat, que viveu em Rafah desde a sua infância e construiu sua vida entre um bairro na região e a cidade de Gaza, a cerca de 30 quilômetros da fronteira. O palestino de 44 anos tem uma longa experiência com escaladas de conflitos anteriores na Faixa de Gaza e já esperava que as consequências do fatídico sete de outubro seriam "dramáticas e traumáticas". Ele é o único de seu núcleo familiar que ainda não tem cidadania brasileira. Sua esposa Hadil Yusuf El Duwaik, de 42 anos, nasceu no Brasil, mas foi embora do país quando tinha apenas quatro anos. No dia do ataque do Hamas contra Israel, Farahat estava em Rafah com a mãe, o irmão e a irmã. "No começo, eu não entendi a situação, quem começou o quê; não sabia. Mas, apesar disso, quando eu vi os mísseis, eu esperava que a guerra chegasse", ele diz.

Com medo de que Rafah fosse bombardeada, a família se mudou para sua casa na cidade de Gaza na semana seguinte ao sete de outubro. Eles permaneceram lá por três noites, até que Hadil e os filhos, com "mau pressentimento", tentaram convencer Farahat, relutante, de que era necessário se mudar para a casa do pai de Hadil. Farahat conta que tinha o objetivo muito claro de proteger sua família e não tinha coragem de deslocá-la a lugar nenhum – as ruas de Gaza estavam destruídas e os ataques constantes poderiam atingir qualquer alvo que se movia, segundo várias fontes ouvidas e imagens de arquivo coletadas desde o início do conflito. À essa altura, a embaixada do Brasil já mantinha contato direto com a família e monitorava a situação de todos.

O casal e os filhos Tareq, Tala, Sommaya e Adam – de, respectivamente, 19, 16, 13 e 12 anos –, dormiam todos juntos no centro da casa, na sala. "Tínhamos que tomar o cuidado de evitar os quartos que são mais próximos às ruas principais, porque o bombardeio pode ser ao lado de você. Naquela noite, eles [a família] me disseram que nós deveríamos ir à casa do meu tio [pai de Hadil]. Na primeira vez, a minha resposta foi 'não podemos', porque nós não poderíamos causar esse fardo para meu tio. Eu sei que estávamos em uma guerra etc., são muitas coisas. Eles aceitaram minha decisão, mas me alertando e me

lembrando o tempo todo para irmos embora", conta Farahat, que eventualmente concordou em se deslocar e deixar a sua casa pela manhã.

O horário das 8h30 foi estrategicamente escolhido por Farahat para expor a família na rua, já que, segundo sua experiência como funcionário da Agência da ONU para Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), aquela era a hora em que deslocamentos eram permitidos em termos de segurança. Com um carro das Nações Unidas, o palestino deixou sua família na casa do tio Youssef El Duwek e foi ao trabalho. "Quando eu cheguei lá [na ONU], a situação mudou dramaticamente. Bombardeios por todo lado: do céu à terra. Ninguém sabia de nada. Eu fui ao trabalho, e naquela hora eu não pude deixar o local. Eu fiquei lá forçadamente porque eu não podia sair por conta da situação de segurança, e eu fiquei lá a noite toda. Apenas ouvindo bombardeios, explosões por todos os lados". Farahat dá esse trecho do relato enquanto olha para Hadil, que acompanha o relato de seu marido como quem reabre uma caixa estufada de traumas.

A brasileira nos serve café e as tradicionais tâmaras secas palestinas. Ao meu lado esquerdo está Tareq e Youssef, apoiando os braços em sua bengala e ouvindo tudo atentamente, vez ou outra sugerindo complementos em árabe às respostas do sobrinho Farahat, que está em minha frente e ao lado de Hadil. Adam brinca sentado no chão com seu celular. Também sou abordado por Júlia El Duwek, sobrinha de quatro anos, que me oferece um abraço e um "Salam" – abreviação de "Salam Aleikum", saudação árabe que significa "que a paz esteja com você", ou simplesmente um "olá". A família tem aulas de português regularmente com professores voluntários, e Farahat se orgulha de embaralhar acidentalmente algumas palavras da nova língua com o inglês, idioma que usamos durante quase toda a minha visita. Hadil recorre às traduções do marido para que nos comunicássemos.

"No dia seguinte, de manhã", conta Farahat, "eu fui até a minha casa [em Gaza] e descobri que ela estava destruída. Graças a Deus, naquele dia eu orei à Alá [da crença islâmica] porque deixamos a casa



A primeira imagem mostra a fachada do imóvel onde viviam os Farahat em Gaza, danificado por um ataque israelense. Na segunda imagem, Tareq Farahat aparece usando o celular em meio a destroços em sua casa. Foto: Mohammad Farahat

às 8h30, e soube que ela foi atacada cerca de quatro horas depois que saímos. Então, se nós estivéssemos dentro de casa, acho que agora nós estaríamos na 'outra vida'". Foi esse o gatilho final que convenceu Farahat a aceitar os pedidos de Alessandro Candeas para que deixassem Gaza imediatamente e embarcassem no transporte fornecido pela embaixada, que os levaria até a Rosary Sisters School, em Tel Al-Hawa, no Sul, mesmo sem garantias de para onde eles iriam depois.

A embaixada do Brasil na capital cisjordânica de Ramallah, onde fica a sede da Autoridade Palestina, dispunha do contato de todos os brasileiros que estavam em Gaza graças aos "consulados itinerantes". Candeas explica que a representação enviava um corpo diplomático até o enclave duas vezes por ano para providenciar serviços consulares – como emissão e regularização de documentos – aos cidadãos brasileiros. Esse trabalho é necessário uma vez que não existem embaixadas na Faixa de Gaza, e o acesso à Cisjordânia, que está a mais de 100 quilômetros da faixa, é difícil e perigoso. O caminho mais curto exige que os palestinos passem por Israel.

Em 2021, acontecia um conflito armado entre o Hamas, a Jihad Islâmica Palestina – considerado o segundo maior grupo armado do enclave – e Israel. Após a decisão da Suprema Corte Israelense sobre o despejo de palestinos em Jerusalém Oriental, uma onda de protestos com violentos confrontos eclodiu entre civis e militares. Forças policiais invadiram a Mesquita de Al-Aqsa, sagrada para os muçulmanos. Durante as semanas que seguiram as manifestações, o Hamas e a Jihad Islâmica em Gaza lançaram mísseis contra Israel, que retaliou o ataque em uma série de contraofensivas. Centenas de palestinos foram mortos na chamada Operação Guardiã das Muralhas.

Naquele ano, um grupo foi criado no aplicativo de mensagens WhatsApp com Alessandro Candeas e os brasileiros que viviam na Faixa de Gaza, para o compartilhamento de orientações e pedidos de evacuação. Em sete de outubro de 2023, o grupo foi reativado e utilizado como um importante canal de comunicação entre os brasileiros

e a embaixada, impedida de ingressar em Gaza após o início das operações militares israelenses no enclave. "Recebíamos áudios, textos e vídeos, e podíamos sentir bem o pulso e o desespero de nosso pessoal", conta Candeas. "Através desse grupo, passamos a transmitir recomendações, orientações e apoio, inclusive psicológico. Uma psicóloga palestina contratada pelo nosso Escritório em Ramallah dava conselhos e pequenos atendimentos em grupo ou privadamente, para tentar minimizar a angústia. Também colocamos à disposição um médico palestino de Jerusalém que se dispôs, voluntariamente, a dar orientação."

O embaixador conta que o atendimento médico foi útil, por exemplo, para crianças que sentiam problemas nos olhos e estavam com queimaduras. Havia denúncias, segundo Candeas, de uso de fósforo branco no campo de batalha. Em outubro de 2023, a Human Rights Watch – organização não governamental que defende e realiza pesquisas sobre direitos humanos – acusou Israel de usar munições com fósforo branco em operações militares em Gaza e no Líbano, dizendo que o uso dessas armas coloca os civis em risco de ferimentos graves e de longo prazo. O fósforo branco causa queimaduras graves e é prejudicial para os olhos e pulmões.

A Convenção da ONU sobre a Proibição do Uso de Certas Armas Convencionais proíbe armas incendiárias contra alvos militares localizados entre civis. Israel, contudo, não é signatário do acordo, e se utiliza da brecha da legalidade do uso de fósforo branco em algumas situações, como para criar cortinas de fumaças ou gerar iluminação. Com mais esse agravante, "era evidente que as condições se deterioravam rapidamente, e tínhamos que retirá-los [os brasileiros] rapidamente", diz Candeas.

A embaixada brasileira em Ramallah iniciou, então, a coordenação da logística para deslocar todos os brasileiros e seus familiares para o Sul, onde se abrigariam na Rosary Sisters School antes de partirem para a fronteira de Rafah. Já a embaixada do Brasil em Israel tinha o papel de informar oficialmente às autoridades de segurança israelen-



Mohammad Farahat fotografado em Morungaba, na região metropolitana de Campinas, São Paulo, em outubro de 2024. Foto: Gustavo Zanfer

-ses a lista dos brasileiros, os ônibus nos quais se deslocavam e as casas onde estavam abrigados. Candeas explica que essas informações também eram transmitidas pelas igrejas cristãs de Gaza e por outras embaixadas e organismos internacionais humanitários, assim Israel dispunha de uma lista de "localizações sensíveis", que não poderiam, de maneira alguma, serem atingidas. "Se estas fossem atacadas, saberiam que estavam atacando propositadamente civis, o que constituiria crime de guerra. Um dos princípios do direito humanitário é a distinção entre civis e combatentes, e a proteção aos civis", explica Candeas. Segundo ele, as informações enviadas às autoridades foram levadas em consideração e não houve dificuldades de comunicação com Israel nesse quesito.

Os Farahat foram expostos a outro ataque enquanto estavam na casa do tio em Gaza, e contam que a família estava recebendo apoio e instruções da embaixada brasileira em Ramallah desde o início do conflito. "Eles nos ligaram imediatamente, no segundo dia da guerra, em oito de outubro. Foi uma ligação. Uma coisa que eles ofereceram no começo foi só a evacuação de Gaza", conta Farahat. Naquele momento, o governo federal já articulava diplomaticamente e logisticamente a viabilidade de uma operação de repatriação dos cidadãos que estavam na Faixa de Gaza. Tudo estava sendo feito às pressas.

Farahat diz que esperava do governo brasileiro informações mais claras sobre para onde a família seria levada após uma possível e iminente operação de repatriação no Brasil, e se queixa da falta de garantias. "Eles [embaixada] nos disseram para evacuar. Começaram a coletar os nossos documentos. No começo, eu concordei, mas eu não tinha uma decisão clara sobre deixar Gaza ou não. Eu disse a eles que, caso nós precisássemos sair [da Faixa de Gaza], nós deveríamos ter a certeza de que teríamos um lugar seguro no Brasil. Um lugar para ficar. Porque eu não aceitaria só sair de Gaza. Eu sei que é traumático, que é uma guerra, que a situação é muito perigosa, mas ao mesmo tempo eu não iria a um lugar ruim com a minha família sem uma posição clara sobre onde eu ficaria. Então eu precisava entender, essa era a minha condição."

"A embaixada não me deu uma posição, eles só nos disseram que fariam o melhor, mas que a primeira coisa que deveríamos fazer era sair das situações perigosas. Eu concordo com eles. Estavam certos". Era hora de ir embora.

O deslocamento

O carro da ONU utilizado por Farahat foi destruído por bombardeios após a noite em que ele foi forçado a ficar no trabalho como medida de segurança. Ele e sua família foram levados até a escola em Tel Al-Hawa em um ônibus enviado pela embaixada. Preocupado, Farahat conta que aceitou se deslocar porque entendeu que havia "instruções claras de segurança para essa movimentação".

A família de Monir Bader também estava a caminho da Rosary Sisters School, depois que a embaixada informou que o local onde eles estavam, em Jabalia, poderia ser fatal. Os Bader foram até Beit Lahia, cidade localizada ao Norte de Jabalia, e de lá embarcaram em um ônibus da embaixada. "Embarquei com outros brasileiros, e a embaixada pediu para que eles colocassem uma bandeira brasileira em cima do ônibus para que o exército israelense não efetuasse ataques contra o veículo", conta Monir sobre o reforço visual usado para fortalecer a identificação dos migrantes.

Uma apuração exclusiva da CNN Internacional publicada em dezembro de 2023 revelou dados da inteligência dos Estados Unidos sobre o uso de "*dumb bombs*" na guerra em Gaza. As "bombas burras", em tradução livre, não são guiadas e atingem alvos de forma aleatória. Elas compõem, segundo o relatório da inteligência americana, quase metade das munições ar-solo utilizadas por Israel no confronto contra o Hamas no enclave – são cerca de 40-45% das 29.000 munições.

Evidentemente, munições não guiadas são menos precisas e representam uma ameaça direta aos civis, especialmente em uma área tão densamente povoada como a Faixa de Gaza. Questionado sobre essa informação, o porta-voz das FDI, Nir Dinar, disse à CNN que os militares não abordam o tipo de munição usada. Dinar forneceu mais

comentários após ser pressionado por publicações posteriores sobre o assunto e disse que existe um esforço para mitigar danos a civis, além de acusar o Hamas de usar inocentes como "escudos humanos".

Mesmo Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, falou sobre a possível desaceleração do apoio internacional a Israel devido a "bombardeios indiscriminados" em Gaza. Biden lidera o país que mais financia a guerra no enclave: 69% das importações de armas de Israel vieram dos EUA em 2023, seguido de Alemanha e Itália, de acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI).

Perguntado se algum familiar, amigo ou pessoas pela vizinhança receberam qualquer espécie de alerta oficial pré-bombardeios – como foi o caso da família de Ronza AbuJayyab em Al-Zahra –, Farahat nega. “É um genocídio. Não há aviso prévio para genocídio. Só mortes, destruição de todas as casas e de todas as pessoas morando nelas. Mantança.” Na viagem para a escola em Tel Al-Hawa, ele afirma que “eu vi uma Gaza irreconhecível pelo caminho”, e questiona: “Todos esses prédios demolidos são do Hamas?”

"Aqui a gente não pode morrer"

Em outubro, o governo brasileiro seguia no empenho de esforços diplomáticos entre os países mediadores para viabilizar a repatriação de todos os brasileiros que solicitaram a fuga da Faixa de Gaza, assim como faziam diversas outras nações. À época, Candeas havia informado que, inicialmente, 28 brasileiros em Gaza manifestaram a vontade de serem repatriados ao Brasil. Desse total, 15 eram crianças. O número caiu para 22 após seis pessoas desistirem da repatriação para aguardar em casa o arrefecimento do conflito. Aceitaram ir à escola católica Rosary Sister School 13 brasileiros. Posteriormente, uma ordem de evacuação por Israel no Norte de Gaza elevou o número de brasileiros abrigados na escola para 19.

Apenas parte do grupo tinha o objetivo de ser repatriado. Outras pessoas buscavam somente refúgio no local enquanto a situação no



Fotografia mostra os brasileiros e seus familiares reunidos na Rosary Sisters School, no Norte de Gaza. Da direita para a esquerda, vemos **Noura Bader** de preto com as mãos nos filhos **Rose** e **Mohamed**; ao lado esquerdo de Noura, sua mãe de roupa cinza xadrez, e o menino **Bader** de moletom cinza. Sentado com uma bengala ao lado da bandeira do Brasil está **Youssef El Duwek**, avô de **Adam**, que está ajoelhado no chão com roupa preta e verde logo em frente, e de **Sommaya**, logo atrás, de óculos. O pai dos dois, **Mohammed Farahat**, também está sentado, à esquerda, e vestindo camiseta branca com detalhes pretos. Segurando a bandeira brasileira está **Ahmed El Ajrami**, e do seu lado direito está **Monir**. Em seu lado direito está **Shahed Al-Banna**. O segundo mais alto ao fundo, da esquerda para a direita, é **Tareq Farahat**, filho de Mohammed. Imediatamente em frente a Tareq, também é possível identificar um outro repatriado, de cabeça raspada, **Mahmoud Abuhaloub**. À direita, próximo ao ventilador, há uma mulher com hijab branca e roupa azul escuro, e em frente a ela está **Hadil Youssef Farahat**, prima e esposa de Mohammed. Foto: Embaixada do Brasil em Ramallah

enclave impossibilitava seus retornos. As imagens compartilhadas pelos brasileiros mostram as crianças tranquilas em um local espaçoso, jogando bola em um pequeno gramado sintético, tocando piano, realizando outras atividades de lazer nas salas de aula e socializando com

os palestinos. Os brasileiros também puderam receber atendimento psicológico remoto oferecido pela embaixada.

A estadia foi um breve respiro de alívio para Hadil, uma das mães que se esforçavam para distrair os filhos em meio à insalubridade de Gaza. Hadil diz que os filhos estavam "em choque" e com dificuldades para dormir. Ela também estava em um ambiente relativamente familiar, já que trabalhou como secretária em escolas por alguns períodos. Antes da eclosão do conflito, Hadil estava engajada em atividades domésticas, fazendo cursos e se dedicando a Tareq, Tala, Sommaya e Adam junto ao marido. A embaixada brasileira se encarregou de fornecer colchões, cobertores, água e alimentos para os abrigados.

O filho mais velho de Monir, Bader Monir Bader, de 11 anos, aparece comemorando a possibilidade de estar abrigado. "Olha esta escola linda. Que beleza! Eu estou muito feliz porque eu estou nesta escola. Eu me senti com muita segurança porque aqui a gente não pode morrer. Aqui o chão é limpo, tudo é limpo. Cada um tem uma casa 'sozinha' aqui. Esta escola é muito melhor para mim do que ficar em casa", conta a criança em vídeo gravado pela sua mãe, Noura.

O sentimento de estarem minimamente seguros foi logo interrompido quando, em uma das noites, um míssil israelense atingiu uma edificação próxima à escola. Um vídeo feito pelo palestino-brasileiro Ahmad El Ajrami mostra o local onde estavam alojados repleto de destroços, e as telhas do teto do pátio perfuradas, além de muita sujeira causada pela explosão. "Nós morremos aqui. Israel me pede para sair da cidade, mas não sabemos para onde ir. A embaixada diz que não pode fazer nada. As crianças têm medo, as mulheres têm medo, todo mundo aqui", disse Ahmad ao canal GloboNews.

Outro registro de Noura Bader mostra a parte de fora do prédio tomada por um material preto no chão e muitas pedras. Farahat relata que ele, a esposa e seus filhos, que já não dormiam adequadamente a semana toda, estavam em choque e que tinham medo de serem mortos. "Israel foi louco em suas ações, a embaixada brasileira não sabia de nada. Eles [Israel] não respeitam os direitos humanos, não há

ética. Então tudo é sobre matar."

A escola católica privada já foi alvo de destruição pelas forças de Israel anteriormente, no conflito de 2021. Relatos como o publicado em texto na +972 Magazine por Ruwaida Kamal Amer, professor na Rosary Sisters School, dão conta de denúncias da destruição, por Israel, de laboratórios de ciência, demolição dos muros que cercavam o colégio e invasão do terreno com tratores *bulldozers* e tanques de guerra – entre outros muitos danos.

Dois anos depois, um novo ataque agora tangencia o colégio onde a jovem Shahed al Banna interrompe uma entrevista ao vivo à Globo-News para deixar às pressas o abrigo. Em tom de desespero, Shahed falava sobre o que estava acontecendo: "A situação está difícil, a irmã da igreja se reuniu com a gente e disse que a escola não é mais um lugar seguro, que os israelenses vão atacar todos os lugares". A chamada de vídeo precisa ser encerrada após um som de explosão ecoar, e Shahed dizer que precisava deixar o local imediatamente.

A embaixada brasileira tentava, há dias, conseguir uma autorização para levar em segurança os brasileiros e seus familiares para o Sul, em direção à Rafah, onde o grupo se hospedaria para aguardar as negociações de liberação e cruzar a chamada "Passagem de Rafah" e seguir até o Egito. Um ônibus alugado pela equipe da embaixada brasileira já estava tentando se deslocar até Tel Al-Hawa, mas a chegada na sexta-feira foi atrasada porque, segundo a representação, a via principal da cidade de Gaza havia sido bombardeada durante o trajeto. O deslocamento do grupo foi adiado, então, para a madrugada de sábado.

Todo o planejamento também foi prejudicado pelo anúncio surpresa de Israel para que a região norte da Faixa de Gaza, onde viviam até então 1,1 milhão de pessoas, fosse evacuada em 24 horas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) apelou, naquela ocasião, para que a ordem fosse revista porque não haveria tempo hábil para a retirada de toda a população da região no intervalo de tempo exigido. Martin Griffiths, Subsecretário-Geral da ONU para Assuntos Huma-



Noura Bader em ônibus com outros brasileiros e familiares em Tel Al-Hawa. Dois bancos atrás está seu pai, Riyad, de cabelos brancos e óculos



Ahmad El Ajrami segurando uma bandeira do Brasil em cima do ônibus alugado pela embaixada para levar os abrigados até Khan Yunis. Ele veste uma camisa do Brasil e mostra uma bandeira do país. Foto: Ahmad El Ajrami/Arquivo pessoal

nitários e Coordenador de Ajuda de Emergência também se posicionou contra a medida. “Como é que 1,1 milhão de pessoas poderão atravessar uma zona de guerra densamente povoada em menos de 24 horas? Estremeço ao pensar quais seriam as consequências humanitárias da ordem de evacuação”, afirmou.

Em consonância, Stéphane Dujarric, porta-voz da ONU, protestou contra a ordem de Israel: “As Nações Unidas consideram impossível que tal movimento ocorra sem consequências humanitárias devastadoras. A ONU apela veementemente para que qualquer ordem deste tipo, se confirmada, seja rescindida, evitando o que poderia transformar o que já é uma tragédia numa situação calamitosa”.

Noura Bader gravou um vídeo após a ordem de evacuação e mostra sua família. O semblante de Monir transparece um homem consternado. Até então, Noura disse que não sabia se a família, uma vez fora de Gaza, tentaria a vida no Egito ou no Brasil. Shahed, por sua vez, chorou ao relatar que a embaixada iria iniciar a transferência do grupo para o Sul, mas sabia que o deslocamento era um passo importante para chegar até a fronteira egípcia. “A gente não pode mais ficar aqui, vamos deixar tudo, os alimentos. Não vamos conseguir levar nada. Eles [Israel] mandaram o povo de Gaza sair. Todos os brasileiros aqui estão desesperados, não sabemos para onde ir. Temos que ir para o Sul, mas não sabemos quem vai nos receber. Não temos o que fazer, não sei”, lamentou a jovem.

Sexta-feira, 13 de outubro de 2023, 11:40 da manhã

O embaixador Alessandro Candeas sabe o dia e a hora: essa data marcou um dos momentos mais tensos de seu trabalho quando, no início daquela manhã, Israel avisou que abriria às 12:00 um corredor humanitário para todos os estrangeiros que quisessem fazer o percurso até Rafah – a cerca de 36 quilômetros da escola –, porque iria invadir o Norte em operações terrestres e aéreas.

Ele relata que o grupo abrigado na escola estava com malas feitas. Veio a notícia: “Pois 20 minutos antes do prazo, recebemos outra

notícia: Israel não somente não abriria mais o corredor, senão também não recomendava que ninguém se deslocasse”, conta Candeas.

“Quando avisamos isso ao nosso pessoal... desespero e consternação. Ficamos na indefinição: retirar os brasileiros de qualquer jeito, com o risco de serem atacados na estrada, como aconteceu com outros veículos na véspera, ou ficar no Norte, onde certamente haveria maior poder de fogo israelense? Consultamos nossos nacionais, que queriam sair de qualquer jeito, sabiam que era mais perigoso ficar, o lugar seria bombardeado”. O embaixador explica que consultou o Ministério das Relações Exteriores brasileiro (Itamaraty), ainda de madrugada, recomendando o deslocamento. “Se ficassemos mais, até os ônibus poderiam ser tomados ou atacados”, ele diz. O ministério acertou a decisão.

"Entrem agora no ônibus, vocês vão para Khan Yunis", dizia a mensagem de Candeas à tarde. O trajeto danificado e congestionado tomaria cerca de duas horas, mas os brasileiros relatam a rapidez com que a viagem se deu – apenas 45 minutos de movimentação, confirma Candeas, que comemorou o “milagre”. “A estrada estava vazia!”

“Como chegaram tão cedo [em Khan Yunis], conseguiram procurar [antecipadamente] casas para alugar com subsídios do governo brasileiro na cidade próxima de Rafah.”

Parada em Khan Yunis

Parte dos brasileiros seguiram viagem para Rafah, enquanto outros esperaram em Khan Yunis, a cerca de 10 quilômetros da fronteira com o Egito. Os Bader esperaram na cidade por dois dias, e Monir conta que a embaixada do Brasil passou a enviar dinheiro para que eles se mantivessem ali, mas que era difícil encontrar lugares para comprar comida e outros itens essenciais. "Então não dava para fazer nada com o dinheiro". O inflacionamento de todas as mercadorias por causa da guerra e as longas filas para comprar pão, por exemplo, são queixas feitas por todos os brasileiros, em todas as cidades por onde tiveram que passar em seus deslocamentos forçados pelo enclave.

Em Khan Yunis morava Reem Rabee, de 25 anos, uma das irmãs de Hasan Rabee. Ela e o marido, Ramadan Abdou, de 29, retornaram à Faixa de Gaza por não conseguirem arcar com os altos custos de vida no Brasil, onde moraram por anos. Eles estavam na cidade de Gaza quando a tormenta começou e foram para o Sul após ordens de Israel para evacuação. Uma das filhas do casal, Aylin, de oito meses, nasceu no Brasil, e Reem estava há cinco meses grávida de Ayan em outubro daquele ano.

O casal conta que a guerra em Khan Yunis não parou "nem por um segundo", e relatam o forte cheiro de pólvora nas ruas cobertas por cinzas após explosões de mísseis de Israel. "Nós vimos muitas pessoas mortas na rua, e os cachorros vinham comer suas carnes. A irmã de Ramadan, depois que viu as pessoas mortas na rua, ficou em choque e não falou mais com a gente nem com ninguém, ela ficou em choque por muito tempo", conta Reem.

"Nós tivemos a sorte de ter um carro em Gaza e escapamos, mas vimos que a maioria das pessoas estava escapando com as próprias pernas. Não tinham carros, nenhum meio de transporte. Na primeira vez que eles [Israel] nos disseram para sair de Gaza, nós fizemos isso no primeiro dia, mas outras pessoas estavam esperando e só escaparam depois, uma ou duas semanas depois. Israel pediu para que todo mundo deixasse os carros para trás e saíssem sem nada". Eu pergunto porquê. "Não sabemos. Talvez para tornar nossas vidas mais difíceis". Dias após a saída de Reem e Ramadan, Gaza foi atingida por mísseis de Israel.

Além de Aylin e Ayan, Ramadan tem outros três filhos. Eles não têm nenhuma relação com o Brasil e, por isso, não podem receber nenhum tipo de auxílio do governo brasileiro. Reem, por outro lado, por vezes sem energia elétrica, tomando água salgada e com racionamento de comida, recebe ajuda da embaixada brasileira para cuidar de Aylin. O bebê recebeu remédio, fraldas e outros itens de higiene. A família também esporadicamente recebia água fresca e alimentos da embaixada.



A brasileira Aylin Ramadan no colo da mãe, Reem Rabee, fotografadas em sua casa na zona central de São Paulo em abril de 2024. Foto: Gustavo Zanfer



*Aylin nos ouve cantarolar enquanto chamamos sua atenção para a lente da câmera.
Fotos: Gustavo Zanfer*

Foi Aylin quem me recebeu na porta de sua casa, na zona central de São Paulo, quando me encontrei com seus pais. Sua avó, Inshirah, mãe de Ramadan, me olha com um sorriso amigável no rosto e faz café para todos durante nossa conversa – "café árabe, da Palestina", diz Ramadan, arriscando o português que ainda está aprendendo, assim como a esposa. A conversa é toda em inglês e intermediada por Reem, formada em pedagogia em Gaza.

Ramadan é do norte de Gaza e trabalhou por 16 anos como caixa na Western Union, empresa internacional de serviços de transferência de dinheiro. Ele recebeu uma oportunidade de trabalho quando ainda tinha dez anos. Ele considera que a Faixa de Gaza não é um bom lugar para nada, e sua esposa concorda: "Sem trabalho. Sem educação. Sem bons hospitais. Não há vida em Gaza. Por isso, pesquisamos por um bom país para ficar e dar à luz nossos filhos". Hasan ajudou a irmã a viajar ao Brasil como turista, e Aylin nasceu no país pouco depois, o que garantiu a Reem e ao marido a documentação para morar em solo brasileiro.

O desemprego, os altos custos com aluguel e com itens essenciais para a filha foram alguns dos principais motivos que fizeram com que eles retornassem a Gaza. Lá, Ramadan conta que passou um dos momentos mais difíceis de sua vida ao quase morrer em um bombardeio que destruiu sua casa em Gaza.

Três dias depois da chegada a Khan Yunis dos brasileiros que estavam abrigados na escola de freiras em Tel Al-Hawa, o ônibus alugado pela embaixada brasileira se preparava para iniciar a viagem até Rafah. Hasan foi um dos principais responsáveis por ajudar a representação de Ramallah na organização do deslocamento.

"As viagens foram grandes batalhas do governo brasileiro, né? Porque quando a gente estava lá [em Khan Yunis], existiam outras nacionalidades – tem alemão, americanos, canadenses. E enquanto a gente, brasileiro, estava tendo todas os recursos e cuidados pelo governo [do Brasil], pela embaixada, por outro lado, os outros cidadãos não têm recebido cuidado nenhum", relata Hasan.

"Eu lembro quando a gente estava indo para fronteira, um cara canadense estava na mesma cidade que a gente, em Khan Yunis, aí ele pediu carona no mesmo ônibus em que a gente estava indo [para Rafah]. A gente perguntou 'mas cadê a sua embaixada para ajudar?', e eles falaram que 'não ofereceram nada'." Hasan conta que também observou a presença de russos e americanos no dia em que saíram da cidade. O palestino-brasileiro tem uma prima da Albânia que, igualmente, não pôde ser auxiliada no deslocamento. "Ela nem acreditava no que a gente estava recebendo." Ela teve que chegar até Rafah, segundo o irmão, por uma carroça puxada por burros.

O trajeto normalmente levaria cerca de 25 minutos, mas chegou a 45 minutos devido às condições da estrada, destruída pela guerra. Somente Hasan, sua esposa e suas filhas foram até a fronteira, além de Reem e Ramadan com Aylin. E um vídeo publicado em sua conta no Instagram, Hasan aparece numa dura e emocionada despedida na porta da casa de sua mãe, que ficou. "Mas ninguém quer ficar, Gustavo", diz o brasileiro. "Se você abrir a fronteira da Faixa de Gaza, não sobra ninguém. Porque ninguém merece, na verdade, ficar lá. Essas misérias, todo mundo numa prisão, morrendo... o direito internacional garante [a prevenção disso]. Mas Israel não respeita esse direito."

Durante os deslocamentos e depois em Rafah, Alessandro Candeas conta que a conexão com a internet foi perdida algumas vezes, mas que a representação tentava restabelecer o contato com os brasileiros de outras formas, como por conexão via satélite. Reem elogia o cuidado que a embaixada teve com ela, o marido e a filha. "A embaixada sempre pedia para que ficássemos calmos porque eles estavam tentando nos tirar dos perigos de Gaza e nos trazer ao Brasil."

Os Rabee chegaram na fronteira na esperança de já obterem informações sobre uma possível permissão para atravessar os portões e irem para o Egito. Contudo, as reviravoltas relâmpagos por Israel e pelo governo do Egito fechavam as fronteiras de uma hora para a outra, sem nenhum aviso prévio. Hasan teve que voltar, no mesmo dia em que chegou, para Khan Yunis, depois que sua família não recebeu

autorização para sair de Gaza. Em acordo com Candeas, eles negociaram uma segunda viagem a Rafah quando a fronteira fosse aberta novamente. Os Rabee, então, mais uma vez, se colocaram em risco na estrada abaixo dos drones que cortavam o céu da Palestina.

"Cara, os deslocamentos no dia a dia estavam uma coisa absurda. Pensei 'é mais seguro aqui'. A gente dormiu à noite, acordamos umas duas da manhã com explosão; cara, não sei como que a gente ficou vivo até hoje porque a explosão foi bem perto e, quando eu ia correr meia-noite na rua para ver o que estava acontecendo, tinham pessoas mortas, cortadas na rua. Mais ou menos 35 mortos jogados na rua. Não existe lugar seguro. São bombardeios em todos os cantos. É pela sorte. O povo lá está vivendo pela sorte."

Os brasileiros que vieram do Norte, como os Bader, ficaram hospedados em casas de alvenaria alugadas pela embaixada. De suas janelas era possível ver os portões de Rafah. Cidadãos que também estavam tentando sair de Gaza mas que não tinham nenhuma ligação com o Brasil, ou os parentes mais distantes dos brasileiros, se abrigavam em tendas ou dormiam na rua.

Quando os Farahat chegaram em Rafah, onde a família tinha casas, se mudaram para a residência de uma tia. Lá, descobriram que a casa estava lotada de outras pessoas que buscavam abrigo perto da fronteira. Mesmo com o dinheiro recebido pelo governo brasileiro, encontrar comida e água era uma tarefa difícil. Os Bader relatam que ficavam horas na fila de uma feira para comprar alimentos, mas que, muitas vezes, voltavam de mãos abanando. Monir conta que deixava o filho mais velho em uma fila, enquanto ele ficava em outra.

Durante mais de 40 longos dias, os brasileiros aguardavam o sinal verde para irem embora, enquanto assistiam a centenas de pessoas de outras nacionalidades, principalmente americanos, contemplados com autorizações oficiais para cruzarem os portões rumo ao Egito no que foi apelidado de "Corrida de Rafah". Mesmo assim, todos falam sobre um sentimento de esperança. Poder estar mais perto do Egito era poder estar mais perto do Brasil.

Operação Voltando em Paz

“A gente vai tentar fazer todo o esforço que estiver ao alcance da diplomacia brasileira para trazer todos os brasileiros que lá estão.”

Luiz Inácio Lula da Silva

Um avião da Presidência da República decolou de Brasília em 12 de outubro rumo ao Egito, apenas cinco dias após o início da guerra, como parte de uma complexa missão para resgatar os brasileiros que estavam na Faixa de Gaza. Quando enfim pousou no Cairo, no dia 18, a aeronave não pôde fazer nada senão estacionar por semanas a fio – os 24 brasileiros e dez familiares que aguardavam a repatriação estavam proibidos de cruzarem a fronteira de Rafah, enquanto o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva jogava o xadrez dos países mediadores na tentativa de conseguir um acordo.

Lula decidiu disponibilizar não apenas aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) na operação, mas também, com urgência, aeronaves de uso exclusivo do chefe do Executivo para ampliar a frota disponível. Depois de fazer escalas em Cabo Verde e Roma, o VC-2 chegou primeiro ao Aeroporto Internacional de Al-Arish, a cerca de 55 quilômetros dos muros de Rafah, onde descarregou grandes cargas de alimentos e kits com diversos medicamentos, recuando para a capital egípcia em seguida. Antibióticos, anti-inflamatórios, ataduras, 40 purificadores de água e outros itens impossíveis de serem encontrados na Gaza atual foram colocados na fila para adentrar o enclave em comboios humanitários e, assim, dar condições para que o grupo preso na zona de guerra sobrevivesse até a repatriação.

A Passagem e Rafah é o único ponto por onde é possível sair da Faixa de Gaza sem passar pela ocupação israelense, e sua frequência de abertura é historicamente rara. Os portões permanecem trancados na maior parte do ano e são abertos para fins muito específicos. Além dessa via, Gaza é interligada à ocupação israelense no Norte pela passagem de Erez, e pela passagem de Kerem Shalom, no Sul (ver página 22). Com o conflito, os portões de Rafah ficaram ainda mais endurecidos por Israel, que negociava juntos aos mediadores a publicação de listas com nomes de pessoas autorizadas a deixar o enclave. Participavam das negociações, principalmente, Israel, Egito, Estados Unidos, Catar, e o Hamas, sob as pressões pífias das embaixadas de outros países no mais clássico estilo “vou ver o que posso fazer”.

Por outro lado, os brasileiros que estavam em Israel e pediram socorro ao governo brasileiro saíram aos montes: 1.413 passageiros e 53 pets já haviam sido repatriados em oito voos diferentes da FAB até o dia 23 de outubro, segundo dados do governo. Enquanto isso, Alessandro Candeas monitorava o grupo de 32 pessoas em Gaza, com 18 delas aguardando em Rafah, e outras 16 em Khan Yunis.

Listas de repatriação

O dia 1º de novembro de 2023 marcou a primeira vez, desde o início do conflito, que os portões de Rafah foram abertos para a passagem de estrangeiros. As aberturas eram feitas assim, inadvertidamente, e cabia aos governos articularem informações com suas fontes para movimentar seus cidadãos em Gaza com base em rumores, ou quase em uma espécie de troca de favores entre interlocutores que preservavam uma boa relação até aquele momento.

O acordo entre os mediadores priorizou a passagem de cerca de 80 ambulâncias vindas do Egito, que chegaram até a Faixa de Gaza para atender palestinos gravemente feridos pelos bombardeios israelenses. Os feridos foram as primeiras pessoas, portanto, a poderem sair do enclave e serem tratadas em um hospital de campanha do outro lado dos muros. Hasan Rabee viajou de ônibus com a família e os outros do grupo de Khan Yunis até Rafah para aguardar por uma

possível travessia, após, justamente, rumores sobre a abertura da fronteira. O trajeto, segundo Hasan, normalmente levaria cerca de 20 minutos, mas passou a tomar até 45 minutos por causa da destruição das estradas. Para evitar que a coordenação da viagem fosse muito prejudicada em caso de perda de contato com a embaixada, Hasan “carregou nas costas”, como diz, a organização da viagem, orientando o motorista do ônibus para que fossem de casa em casa até que todos embarcassem no veículo.

Em Rafah, brasileiros passaram o dia sob o sol e com malas prontas. Mais tarde naquele dia, Candeas trouxe a informação de que a primeira lista de liberação trazia quase 500 nomes, mas nenhum brasileiro ou familiar. Nesta primeira relação, estavam autorizados a deixar a Faixa de Gaza cidadãos da Austrália, Áustria, Bulgária, Finlândia, Indonésia, Jordânia, Japão e República Tcheca. A lista também incluiu nomes de integrantes da Cruz Vermelha e de outras ONGs, segundo o embaixador. O Itamaraty se manifestou em um comunicado após a primeira das muitas frustrações em frente a Rafah. "O número de estrangeiros é grande nessa região, e o governo continua a insistir para que os brasileiros saiam o quanto antes. A informação que nos foi passada é que hoje não está prevista a saída de brasileiros da Faixa de Gaza", comunicou o ministério.

“Vou fazer esse vídeo rápido”, disse Hasan logo quando soube que não estaria na primeira lista de liberação. Com problemas de conexão com a internet e utilizando um chip do Brasil, o palestino-brasileiro aparece visivelmente irritado. "A fronteira já está aberta hoje para algumas nacionalidades, menos a brasileira. Então eu acredito que o governo federal não está fazendo esforço para tirar os brasileiros daqui. Nenhum brasileiro vai viajar hoje. Se a gente não viajar hoje, infelizmente a gente vai ficar aqui [em Rafah]. Um terror. Terror!" Dias antes, ele recebeu uma ligação do presidente Lula, quando estava em Khan Yunis, relatando estar sem energia elétrica há 20 dias e sem água mineral para beber, além do racionamento de comida. "Ele [Lula] afirmou que está fazendo o máximo possível para retirar os brasileiros da Faixa de Gaza. Eu falei também sobre a minha mãe, [para quem]

ele abriu as mãos e afirmou que ele vai retirar também nossos familiares que não são brasileiros. Agradeço muito ao presidente e ao governo federal por todo esse apoio", disse Hasan. Ele agradeceu à embaixada brasileira pelo suporte com o envio de dinheiro, mas conta que não há lugares para comprar comida, água, nem gás de cozinha. "Estamos lutando neste momento para sermos resgatados e chegarmos à nossa casa em São Paulo."



Aeronave VC-2, cedida pela Presidência da República, aguarda na capital egípcia do Cairo, em 31 outubro de 2023, a liberação da fronteira para que os brasileiros possam embarcar. Foto: Governo do Brasil/ FAB

Uma segunda lista de nomes autorizados a fugir de Gaza foi divulgada no dia dois de novembro. Foram contemplados o Azerbaijão, Bahrein, Bélgica, Coreia do Sul, Croácia, Estados Unidos, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Macedônia, México, Suíça, Sri Lanka e Chade. O Brasil, mais uma vez, ficou de fora.

Para visualizar as listas, os brasileiros contam que era necessário ter acesso à internet, uma vez que as publicações eram feitas em uma página na rede social Facebook por empresas terceirizadas, antes mesmo que a própria embaixada do Brasil na Palestina soubesse. "A gente [brasileiros e embaixada] descobria todos juntos", conta Monir

Bader, abrigado em uma casa de alvenaria alugada pelo governo na fronteira. Quem estava em Rafah poderia correr até um mural, onde listas impressas com os nomes dos autorizados a evacuar eram coladas. Hasan chama o processo de "política suja". "Israel ignora o cerco diplomático, e a gente sabe, como cidadão, pela rede social quem vai viajar amanhã. Até hoje é a mesma coisa. Para eles não publicarem e fugirem da responsabilidade, eles jogam para 'laranja' fazer isso. Até hoje, na fronteira, é tudo publicado pela rede social", diz ele.

Nunca se soube quais são os critérios utilizados para a escolha de quem fica e de quem sai. Não há nenhum documento, comentário ou acordo que explique o que era levado em consideração no processo de seleção. Um padrão que pôde ser observado ao longo das publicações das listas é que homens adultos eram muito facilmente barrados, enquanto suas famílias eram liberadas, o que poderia apontar para a existência de uma possível suspeita infundada de que aqueles homens eram potenciais combatentes do Hamas. A fronteira era frequentemente fechada por dias seguidos após suspeitas de Israel de que, por exemplo, militantes do grupo armado estariam tentando sair de Gaza em ambulâncias.

Segundo relata Candeas, "esses critérios não tinham transparência e eram confusos. Por vezes eram vetadas crianças, e idosos de mais de 70 anos. Por isso, como o pai, o avô ou a avó não eram autorizados a sair, toda a família que havia sido autorizada preferia ficar, o que nos dificultava ainda mais a proteção [dos grupos]". Logo, bastava que um único familiar não fosse contemplado com o sinal verde para deixar Gaza para que toda sua família escolhesse não evacuar.

Os moldes de destruição aplicados pelas Forças de Defesa israelenses no Norte e em Khan Yunis se aproximavam de Rafah, com explosões reportadas em vários pontos e muito próximos de onde os brasileiros se abrigavam. Os vídeos dos brasileiros mostram bombardeios a metros de distância, e pessoas correndo por todos os lados.

As condições de vida no enclave pioravam exponencialmente, com o número de mortos já se aproximando da casa dos 10.000 palestinos.

Ao lado de Ahmad El Ajrami, de 43 anos, que esteve muito próximo da brasileira durante a espera pela repatriação na Faixa de Gaza, a jovem Shahed Al-Banna comenta a movimentação do Exército no enclave. “A fronteira de Rafah está aberta, já saíram duas listas de gringos que vão sair da Faixa de Gaza. A água quase acabou já, e se a gente não morreu por causa de bombardeio, vamos morrer por causa da fome. Os bombardeios não pararam desde ontem, e os israelenses já evacuaram Khan Yunis, que é bem do lado de Rafah. Estão mandando as pessoas irem embora. Ir pra onde? Não tem lugar para onde ir”, ela diz, com um semblante calmo e cansado.

Tensão diplomática

Outras duas listas foram publicadas nos dias três e quatro de novembro, na esteira de novas divulgações de nomes autorizados. Israel havia sinalizado que os brasileiros poderiam sair no dia quatro, segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, quando a quarta lista foi publicada. Contudo, nenhum brasileiro foi mencionado na relação dos nomes. O descumprimento de garantias e a falta de critérios claros sobre quem poderia atravessar a fronteira esticou a corda entre o Brasil e Israel, gerando uma tensão diplomática delicada e difícil de administrar.

O incômodo dos ministros brasileiros mostrava um claro sinal de que se pensava que Israel nutria um problema pessoal com o Brasil. A relação entre os dois países já não vivia um oásis após a derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro, aliado de Benjamin Netanyahu, na eleição presidencial de 2022. Embora diferentes, as duas direitas se comunicavam com mais envergadura, e Bolsonaro tinha publicamente o premiê israelense como um “grande amigo”.

O governo petista, muito embora preze pela manutenção de sua imagem internacionalmente amistosa, tem Lula na dianteira com críticas contra as decisões do premiê e afirmando reiteradas e diversas vezes que a ação de Israel na Faixa de Gaza é um genocídio – tese também publicamente sustentada pelo assessor da Presidência da República e ex-chanceler Celso Amorim.

Para fazer o mínimo jus ao caráter neutro da diplomacia brasileira, o presidente classificou o ataque do Hamas como terrorista e disse que ficou “chocado” com a ação do sete de outubro, ao mesmo tempo em que não hesita em tecer duras críticas contra o governo sionista. Em uma coletiva de imprensa durante a cúpula da União Africana na Etiópia, em 18 de fevereiro de 2024, Lula comparou a morte de palestinos com o extermínio de judeus no holocausto da Alemanha Nazista por Adolf Hitler. "O que está acontecendo na Faixa de Gaza e com o povo palestino não existiu em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu, quando Hitler resolveu matar os judeus", disse. A fala enfureceu o governo de Israel, que classificou Lula como "persona non grata". O Hamas apoiou, em seu canal oficial no Telegram, o posicionamento de Lula. Fora das coletivas, as comunicações assessoradas do presidente voltam a manter um certo equilíbrio, propondo a paz entre palestinos e judeus com uma solução de dois Estados, acordos pacíficos de troca de reféns e abertura de Rafah.

O Itamaraty deixou de estabelecer prazos públicos para a saída dos 34 brasileiros em Gaza após a liberação da sexta lista, em oito de novembro, por não poder contar com a diplomacia pura e simples. A avaliação entre os diplomatas era a de que prazos não cumpridos fragilizaram ainda mais os brasileiros que aguardavam. Um dos argumentos dos palestinos que alegam parcialidade no processo de escolha de nomes foi a predominância de cidadãos dos Estados Unidos autorizados a deixar Gaza, além de países europeus. Na segunda lista, dos 576 nomes, 400 eram norte-americanos. Na terceira lista, dos 571, 367 também eram dos EUA. Na quarta, dos 599, 386 foram contabilizados. Até a sexta lista de nomes, aproximadamente 3.432 pessoas de diversas nacionalidades haviam sido contempladas:

- 1ª lista: cerca de 480 estrangeiros;
- 2ª lista: 576 estrangeiros;
- 3ª lista: 571 estrangeiros;
- 4ª lista: 599 estrangeiros;
- 5ª lista: 605 estrangeiros;
- 6ª lista: 601 estrangeiros.

O embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, se posicionou após as acusações de que Israel estaria sendo parcial na formulação das listas. Em vídeo, ele afirmou que o governo israelense não possuía interesse em atrasar a saída de brasileiros e estrangeiros de qualquer outra nacionalidade, e que a saída de pessoas por Rafah dependia de cotas determinadas pelo Egito. Zonshine disse, ainda, que o Estado de Israel estava fazendo “tudo o que está em seu alcance” para articular a saída de brasileiros de forma segura, sem mencionar que o mesmo Estado deliberava bombardeios em regiões muito próximas às das famílias de brasileiros que aguardavam repatriação.

Hasan foi às redes sociais criticar as falas do embaixador, atribuindo aos israelenses a confecção das listas de repatriação e reforçando que somente países aliados estavam deixando a Faixa de Gaza. “Coloque nossos nomes! Por que eles não estão colocando nossos nomes nessas listas?”. O palestino-brasileiro mostra, mais uma vez, pães sendo assados em uma lareira improvisada e fala sobre a dificuldade de se conseguir comida em Gaza. “A gente é refém aqui por Israel.” Em nossa conversa, Hasan defendeu que quem controla o enclave não é a resistência armada palestina: “Hoje em dia, o Hamas não manda em nada na Faixa de Gaza. Então, falam para mim, “ah, o Hamas”... Não! Não é. Não estou defendendo o Hamas. Mas quem controla Gaza é Israel”.

Paulino Carvalho, embaixador do Brasil no Egito, disse à CNN Brasil que não tinha informações sobre os critérios que barraram os brasileiros dessas últimas listas. Carvalho havia sinalizado que os brasileiros poderiam sair do enclave no segundo ou terceiro chamados, o que não se concretizou. “Certeza dos motivos de não haver brasileiros a gente não tem, mas sabemos que outros países não entraram na primeira lista também. Chineses, russos, americanos, italianos e outros. Não é algo específico contra o Brasil”, disse o embaixador. “A chave não está no Egito, está em Israel. É uma combinação entre Israel, Egito e Catar também, e as autoridades de fato em Gaza. Tudo [está] sendo feito às pressas, mas [de forma] minimamente ordeira”, argumentou à emissora. Pressionado, o ministro das Relações

Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, telefonou para o chanceler egípcio Sameh Shoukry em busca de apoio para negociar a retirada dos brasileiros de Gaza. O contato foi considerado satisfatório entre os diplomatas, mas a expectativa era de que o efeito da ligação seria mínimo. O Itamaraty informou que o Egito se comprometeu a ajudar o Brasil, mas também destacou a necessidade de coordenação por parte de todos os governos envolvidos – incluindo o Hamas.

Após a não inclusão de brasileiros na quinta e sexta listas, o Itamaraty informou no dia nove de novembro que Vieira voltou a ligar para o ministro das Relações Exteriores de Israel, Eli Cohen, no que seria o 4º contato entre os chanceleres para tratar da situação do Brasil. Cohen afirmou, de acordo com o Itamaraty, não ter sido possível cumprir a garantia dada por ele de que os brasileiros sairiam no dia oito de novembro, devido a fechamentos inesperados na fronteira. O momento coincidia com ataques a hospitais, como no Hospital Al-Shifa, o maior complexo médico da Faixa de Gaza.

Os bombardeios em edifícios médicos prejudicaram a logística de deslocamento de ambulâncias que transportavam palestinos com ferimentos graves, grupo prioritário para cruzar a fronteira e o motivo para a abertura inicial dos portões de Rafah. Vários vídeos publicados em redes sociais mostravam corpos dilacerados no chão das áreas do Hospital Al-Shifa, na cidade de Gaza, após bombardeios.

A oitava lista

A noite de quinta-feira, em nove de novembro, trouxe o tão aguardado momento: 33 brasileiros e familiares finalmente entraram em uma lista de autorização para deixar a Faixa de Gaza pela passagem de Rafah com outras 595 pessoas, após mais de um mês de angústia, de negociações entre as altas autoridades dos países mediadores, escalada de bombardeios israelenses ao lado de brasileiros e desconfortos diplomáticos se tornando insustentáveis.

A autorização veio somente na oitava lista, após a publicação de sete documentos de evacuação estufados de países europeus e de

norte-americanos em sua maioria. Embora a fronteira ainda estivesse fechada, a inscrição dos nomes foi muito comemorada pelos brasileiros, que tiveram suas esperanças restauradas. O Brasil na lista de repatriação acendeu a esperança para além do grupo de Hasan, em Khan Yunis, e de outros como os Farahat e os Bader na fronteira – ainda seriam necessárias outras listas para repatriar mais brasileiros que estavam na Faixa de Gaza.

Do grupo contemplado, 22 pessoas têm dupla nacionalidade brasileira-palestina, nove são palestinos e dois são cidadãos de outro país. Seis pessoas da lista eram crianças, três eram bebês, e os outros 15 integrantes eram menores de idade. Originalmente, o grupo contava com 34 pessoas, mas a avó de Shahed Al-Banna, Jamila Ewaida, não recebeu a autorização e ficou de fora. A proibição reforçou o mistério sobre os critérios de liberação discutidos entre os países mediadores. Sem a avó, a jovem de 18 anos não sairia de Gaza, e, conseqüentemente, sua irmã Shams, de 13 anos, também não.

O Itamaraty trabalhava para entender o motivo pelo qual a idosa de 64 anos ficou de fora da relação e, enquanto isso, mais uma vez, o grupo que estava em Khan Yunis viajou até Rafah na manhã do dia seguinte para tentar uma travessia, mas foram barrados mesmo com as autorizações para sair. Então retornaram para casa, sempre em ônibus fretados pela embaixada do Brasil em Ramallah. A travessia de pessoas feridas pelos bombardeios continuava sendo uma prioridade para a abertura dos portões, e qualquer mínima suspeita por parte de Israel de que militantes do Hamas estariam se infiltrando nos veículos de emergência ou tendo qualquer tipo de influência na logística de evacuação poderia trancar novamente a passagem por dias, podendo adiar a saída dos brasileiros em mais um mês.

Novembro marcou um dos períodos em que Hasan mais atuou como correspondente informal através das redes sociais, dando olhos à imprensa e ao governo brasileiro à medida que as chances de evacuação de Gaza se tornavam cada vez mais próximas. Em uma transmissão ao vivo em sua conta no Instagram, e totalmente no escuro, o



Hasan Rabee em frente ao “Rafah Crossing Point”, a Passagem de Rafah, ponto fronteiriço que separa a Faixa de Gaza do Egito



Hasan Rabee tira uma selfie com alguns dos brasileiros reunidos em frente à Passagem de Rafah. Da esquerda para direita: Mahmoud Abuheloub, Monir Bader, Ramadan Abdou, Mohamed Monir Bader (criança sentada no chão), e Bader Monir Bader

palestino-brasileiro fala sobre ter recebido a informação de que os portões poderiam se abrir no dia 12 de novembro. "A coisa está muito mais tensa do que vocês imaginam. Hoje [12 de novembro], a gente não tem energia por um segundo há sete dias. A gente vai para longe, carrega bateria, traz para casa", ele diz. Os apagões eram umas das principais preocupações das autoridades brasileiras no monitoramento dos cidadãos no enclave, já que não era possível manter pleno contato com todos a todo tempo.

No final de outubro, a empresa de telefonia local Jawal informou aos "respeitáveis cidadãos" de "nossa amada terra" que os serviços de comunicação e internet da Faixa de Gaza foram completamente interrompidos devido à agressão em curso, segundo uma nota compartilhada pela embaixada brasileira. Os bombardeios israelenses destruíram a infraestrutura crítica do sistema de tecnologia do enclave. "Nosso pessoal conseguia, de alguma forma, uma conexão por satélite [para se comunicar com os grupos]", explicou Candeas. Contudo, a conexão já foi perdida por completo e não era possível saber o estado dos grupos monitorados. Os apagões de energia elétrica e de conexão de internet agravavam o problema da falta de alimentos, uma das principais queixas de Hasan em vários dos vídeos publicados.

A embaixada liderada por Candeas enviava periodicamente itens como alimentos, água, gás de cozinha e remédios para que os futuros repatriados ficassem livres da catástrofe humanitária que assolou a Faixa, "sem depender das instituições humanitárias como ONU, ONGs etc", como diz o embaixador. Esses recursos auxiliaram, junto aos suprimentos enviados do Brasil pelo avião presidencial, por aliviar, mesmo que não completamente, a situação dos grupos até o último dia deles em solo palestino.

Hasan publicou um vídeo naquele 12 de novembro mostrando o grupo de Khan Yunis reunido em uma área de espera no lado palestino da fronteira de Rafah. A avó de Shahed Al-Banna recebeu sua autorização para cruzar a fronteira após ter sido barrada, no que teria sido um "erro" por parte dos responsáveis pela confecção das listas, de

acordo com interlocutores do Itamaraty a veículos de imprensa. Com Jamila Ewaida contemplada, a oitava lista ficou completa:

- Canadá: 266 pessoas;
- Romênia: 107 pessoas;
- Rússia: 85 pessoas;
- **Brasil: 34 pessoas;**
- Polônia: 26 pessoas;
- Albânia: 14 pessoas;
- Estados Unidos: 14 pessoas;
- Nova Zelândia: 12 pessoas;
- China: 10 pessoas;
- Índia: 7 pessoas;
- Alemanha: 6 pessoas;
- Indonésia: 6 pessoas;
- Dinamarca: 4 pessoas;
- Holanda: 2 pessoas;
- Malásia: 2 pessoas.



Hasan Rabee fotografa parte do grupo de brasileiros e familiares em um posto de imigração em Rafah, no dia 12 de novembro de 2023, um dia antes de serem repatriados

“Parabéns a vocês pela resistência”

O Itamaraty publicou uma nota na rede social X nas primeiras horas do domingo, dia 12 de novembro, informando que o primeiro grupo de brasileiros e familiares havia cruzado, enfim, a fronteira com o Egito – para os palestinos, começava naquele momento a Operação Voltando em Paz. Das 34 pessoas que pediram repatriação ao governo brasileiro, 32 atravessaram a fronteira, sendo 22 brasileiros, sete palestinos com Registro Nacional Migratório (documento para residência de estrangeiros no Brasil) e três palestinos familiares. Segundo o governo brasileiro, duas pessoas da lista desistiram da repatriação por motivos pessoais e decidiram ficar em Gaza.

Shahed e Hasan registraram todo o percurso em vídeo, mostrando o passo a passo exigido pelas autoridades até que pudessem sair completamente das terras palestinas. Depois de passarem pelo icônico portão principal, os futuros repatriados foram levados a postos de imigração, onde toda a documentação passou por triagens antes que todos seguissem de ônibus para o ponto de travessia para ver o que tinha do outro lado do muro, no Egito.

Monir Bader relata que, quando todos foram até uma área reservada depois dos portões de Rafah para pessoas autorizadas, havia muitos funcionários da embaixada brasileira, assim como militares brasileiros, para recepcioná-los. "Tinha muita gente mesmo. A equipe recebeu a gente muito bem, de um jeito fantástico". Ele conta que pessoas de outras nacionalidades perguntaram aos brasileiros qual era a nacionalidade deles, dada a curiosidade despertada pela hospitalidade da embaixada e dos militares para com o grupo. "Qual país fez isso?", perguntaram, conta Monir, cidadãos entre canadenses e americanos, por exemplo. "Só o ônibus da embaixada brasileira estava autorizado a se aproximar do portão de Rafah [no posto de imigração], o único país."

Os semblantes dos brasileiros e de seus familiares não escondiam o alívio e a felicidade que o momento emanava. "Chegando lá no Egito você sente que você escapou", conta Hasan. "O recebimento, o

tratamento foram surpreendentes; a gente estava com o coronel e com a equipe da embaixada, uma alegria muito grande. Mas, ao mesmo tempo, a gente deixou familiares lá [em Gaza]. Tanto que a gente estava feliz e, no mesmo dia, a gente estava triste."



Família Bader conversa com psicóloga da FAB no Cairo. Foto: Governo do Brasil/ FAB

Um dos militares do Exército do Brasil, Coronel Carvalho, recebeu os brasileiros que saíam das salas de imigração para o ingresso no Egito, e parabenizou os palestinos pela persistência pela vida na zona de guerra. "Parabéns para vocês pela resistência. Nossa esperança deu certo. No último dia aqui, a gente conseguiu resgatar vocês para levar vocês de volta para o Brasil", disse o militar em vídeo gravado por Hasan, que conta, ainda, que a recepção foi "tão boa" que os primeiros a deixarem os postos de imigração foram os brasileiros e seus familiares, enquanto outras cidadanias ficavam. A partir de então, fora da Faixa de Gaza, o grupo seguiu viagem até o aeroporto de Al-Arish, a cerca de 55 quilômetros de Rafah e, de lá, se prepararam para serem enviados até o Cairo, onde um avião da FAB aguardava para realizar a viagem até o Brasil programada para a segunda-feira. Antes de chegar ao Cairo na tarde do domingo, dia 12 de novembro, o grupo foi levado pela delegação brasileira para um restaurante, onde, pela

primeira vez em mais de 40 dias, eles tiveram sua primeira refeição digna. O perfil oficial da Presidência da República do Brasil compartilhou um vídeo feito pelos brasileiros na pausa do almoço na praia de Al-Arish. A filha de Reem Rabee e Ramadan, Aylin, e os filhos dos Bader, Hasan e todas as outras crianças do grupo corriam na areia da praia com os braços abertos, enquanto Hasan registrava o momento.

O grupo seguiu viagem por terra dividido em vans até o Cairo, em um percurso que leva cerca de seis horas. Na capital egípcia, os brasileiros e seus familiares receberam atendimento médico, se alimentaram e se hospedaram para se prepararem para uma viagem de quase 17 horas até o Brasil, prevista para a próxima manhã.



Brasileiros e familiares antes da decolagem do avião presidencial no Cairo. Foto: Governo do Brasil/FAB

O décimo voo de repatriação da Operação Voltando em Paz foi realizado pela FAB às 6h50 do dia 13 de novembro, levando todos os 32 futuros repatriados contemplados pela oitava lista em Gaza. O VC-2 da Presidência, cuja cauda ilustra a capa deste livro, fez um pouso técnico em Las Palmas, na Espanha, e seguiu viagem para o segundo pouso técnico já no Brasil, na Base Aérea do Recife, em Pernambuco.

Foi a quarta aeronave com repatriados a pousar no município, mas a primeira com repatriados de Gaza. O avião pousou no Nordeste brasileiro às 20h20, decolando novamente às 21h00 para Brasília, onde o presidente Lula aguardava os repatriados para recepcioná-los pessoalmente.

A recepção de Lula

Às 23h24 do dia 13 de novembro, os 32 passageiros de Gaza pousaram na Base Aérea de Brasília. Com eles, o número total de cidadãos repatriados pelo Brasil desde o início da guerra de Israel subiu para 1.477, sendo 1.462 deles brasileiros, além de 53 animais domésticos, segundo dados divulgados pelo governo, o que caracteriza a maior operação de repatriação de civis operada pela FAB em zonas de guerra na História.

Ao lado da primeira-dama, Janja da Silva, Lula encabeçava uma grande fila de autoridades que aguardavam logo em frente às escadas móveis já acopladas ao avião. Ministros como Mauro Vieira (Relações Exteriores), Flávio Dino (então da Justiça, atual ministro do Supremo Tribunal Federal), Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação), Nísia Trindade (Saúde), Silvio Almeida (então dos Direitos Humanos, agora fora do governo), o secretário especial Celso Amorim e os três comandantes das Forças Armadas receberam os repatriados na pista com abraços e cumprimentos.

Jornalistas se amontoavam no aeroporto e acompanhavam de perto o momento em que Hasan Rabee e sua família, os primeiros a desembarcarem da aeronave, desciam os degraus seguidos de outros repatriados em direção ao presidente e às outras autoridades que aguardavam a chegada de todos para falar com cada um individualmente. Lula recebeu os agora repatriados com abraços, apertos de mãos demorados, beijos e palavras de felicitação. Hasan e Shahed foram, mais uma vez, os porta-vozes de todo o grupo repatriado e ficaram em frente ao púlpito com microfones da imprensa para falarem. Eles agradeceram pelo trabalho viabilizado pelo governo federal em coordenação com diversos outros apêndices da administração

brasileira, mas não perderam a oportunidade de cobrar Lula pelo resgate de diversos familiares que ficaram presos na Faixa de Gaza.

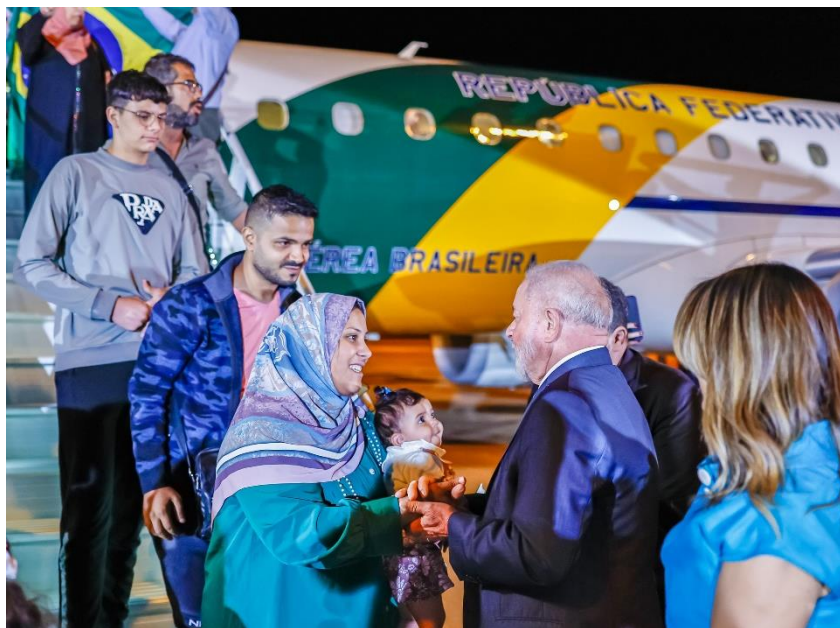
"Até agora não estou conseguindo acreditar que eu estou aqui. Eu achei que eu ia morrer", disse Shahed ao presidente. "A gente chegou a ao ponto de pensar que não iríamos mais conseguir sair de lá [Gaza] e que iríamos todos morrer, e que ninguém saberia da gente. Só que além de estar feliz, a gente também está preocupado com nossos familiares que estão ainda na Faixa de Gaza. Eu já perdi muitos familiares, eu já perdi muitas amigas nessa guerra. Já estão mortos. Eu já perdi minha casa, foi destruída também. A maioria da gente que veio também não tem mais casa. Então a gente também, se quiser voltar para lá um dia, não podemos. Queria muito poder ajudar a retirar o resto dos nossos familiares de lá", diz a jovem enquanto olha para Lula.

Hasan também não dispensou agradecimentos, mas não deixou a emoção do momento impedi-lo de fazer alertas. Ele disse que é "difícil para todos vocês entenderem o que a gente passa lá [na Faixa de Gaza]", lembrando os momentos em que disse às filhas que os sons de explosões eram, na verdade, festas de aniversário. "Eu gostaria muito também que se trouxesse nossos familiares para cá", disse Hasan. Lula lembrou a conversa que teve com o brasileiro por telefone, antes da repatriação, e estabeleceu publicamente o compromisso do governo em resgatar os familiares que ainda estão em Gaza.

"Primeiro, [faço] um compromisso com você [Hasan] e com sua família que a gente vai tentar fazer todo o esforço que estiver ao alcance da diplomacia brasileira para trazer todos os brasileiros que lá estão e que queiram vir ao Brasil", disse o presidente durante. "Inclusive alguns companheiros que tinham parentes, eu pedi para trazer mesmo que não fossem brasileiros, que a gente tentava legalizar as pessoas aqui no Brasil. Enquanto tiver lista e possibilidade de tirar uma pessoa, mesmo que seja uma pessoa só na Faixa de Gaza, a gente vai estar à disposição para a gente mandar buscar as pessoas. Nós não vamos deixar nenhum brasileiro ficar lá porque o governo não vai cuidar [por falta de cuidado]", prometeu Lula em frente a todos os repatriados.



Da direita para a esquerda, a primeira-dama Janja, o presidente Lula, Shahed Al-Banna e sua irmã Shams após desembarque em Brasília. Fotos a seguir: Ricardo Stuckert/Governo Federal



Lula recebe Reem Rabee (grávida de Aian), Ramadan e a bebê Aylin



Recepção de Hasan Rabee, na primeira foto, e de Mahmoud Abuhaloub. Ao fundo, jornalistas acompanham o momento da repatriação



Presidente Lula e o agora repatriado Hasan Rabee



Shahed e sua irmã aguardam com uma bandeira do Brasil, seguidas de Ahmad El Ajrami com uma faixa dizendo "Palestine", a avó Jamila Ewaida, Monir Bader e Tareq Farahat. Lula abraça os filhos de Mohammed Jaber Ismail Abu Shanab



Lula abraça Rosa Bader enquanto fala com Noura Bader. Ao fundo, de hijab preta, a palestina-brasileira Noura El Jamal, de 48 anos

Quando desembarcaram no Brasil, Noura e Monir disseram que estavam com muitas saudades de poder comer sem racionamentos ou restrições após a falta de comida em Gaza. Durante nossa conversa, Noura diz, sorrindo, que sentiu falta de tomar o refrigerante de guaraná. Os Bader gostam de açaí, pão de queijo, coxinha e outras comidas típicas brasileiras. Ela relata que não havia muitos produtos para consumir em Gaza, e os alimentos disponíveis triplicaram de preço após a guerra. "Uma lata de refrigerante custa 50 reais", conta Noura. "Graças a Deus nós voltamos [ao Brasil]."

Alguns países oneraram seus cidadãos que pediram socorro após o início da guerra em Gaza, como no caso do Reino Unido. Segundo o Ministério de Relações Exteriores britânico, a passagem para voos

de resgate custava 300 libras, cerca de R\$ 1,7 mil. Em nota, o governo do Reino Unido informou que o valor reflete os custos operacionais do voo e que somente "cidadãos britânicos vulneráveis" seriam priorizados, além de que os cidadãos britânicos "não deverão dirigir-se ao aeroporto a menos que sejam chamados".

Alessandro Candeas, por outro lado, se orgulha de estar à frente de um órgão do governo federal que priorizou o resgate de brasileiros de familiares próximos sem custos. "Acho que esse é o Brasil que queremos. Um Estado responsável, que protege seus cidadãos e os salva do perigo. Um poder público que usa seus recursos para alcançar brasileiros que estão sofrendo e resgatá-los, sem exigir nada em troca. Uma diplomacia que vai buscar os brasileiros que estão em um teatro de guerra, e os traz. Fizemos isso em Gaza, na Cisjordânia, em Israel, e agora estamos fazendo no Líbano. Graças a Deus conseguimos. O nome disso é solidariedade com nosso povo", diz o embaixador.

Dispersão do grupo e novas listas

Os repatriados passaram duas noites nas instalações da Base Aérea de Brasília, no Hotel de Trânsito da unidade, onde puderam se alimentar e descansar após a exaustiva viagem do Oriente Médio até o Brasil. Estava à disposição deles, também, o Hospital de Força Aérea de Brasília (HFAB), para onde duas crianças com quadros de desnutrição foram encaminhadas assim que o avião da Presidência pousou em Brasília.

Após a estadia, a vida no Brasil começou a ser costurada, e o grupo se dividiu para destinos diferentes do Brasil. A maior parte, 26 repatriados, foram para São Paulo – 12 foram direto para casas de parentes e amigos, e outros 14 foram para um abrigo. Quatro repatriados permaneceram em Brasília. Um repatriado seguiu para Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, um para Cuiabá. A Operação Voltando em Paz continuava levando mais suprimentos em aviões da FAB até o Egito, depois até a Faixa de Gaza, enquanto o governo brasileiro negociava com as autoridades e aguardava os resultados das novas listas de repatriação para resgatar dezenas de pessoas da zona de guerra.



Grupo de repatriados em Brasília, antes da decolagem até a Base Aérea de São Paulo. Foto: Tom Costa/MJSP

A diplomacia brasileira apresentou uma lista solicitando o resgate de 102 pessoas para liberação na segunda lista de repatriação. O pedido registrou uma considerável mudança nos critérios brasileiros para repatriação, que agora incluía, com o aval de Mauro Vieira e Lula, irmãos e avós.

A relação publicada por Israel e pelo Egito permitiu que 78 brasileiros e familiares fossem autorizados a deixar o enclave, segundo documentos. Os 24 nomes restantes, sendo sete brasileiros, foram barrados sem explicações, em negativa já esperada pelo Itamaraty. Do grupo autorizado, apenas 48 pessoas cruzaram a passagem de Rafah no dia nove de dezembro de 2023. As outras pessoas contempladas desistiram da repatriação para, entre outros possíveis motivos, permanecerem com seus familiares que tiveram autorização negada por Israel e Egito. Entre as pessoas proibidas de deixar Gaza estavam os pais de Hadil, esposa de Mohammad Farahat.

Das 48 pessoas que fizeram a travessia com destino ao Brasil, onze têm dupla nacionalidade palestino-brasileira, e 37 são familiares

próximos (como a mãe de Hasan), dos quais 27 eram crianças e adolescentes. Um KC-30, avião da FAB que aguardava no Cairo, decolou da capital egípcia já no dia seguinte, um domingo, dia 10 de dezembro, e pousou em Brasília às 3h47 da segunda-feira. Desta vez, Lula cumpria agenda presidencial. Com a segunda lista de repatriados de Gaza, o Brasil havia completado o resgate de 1.525 pessoas em 11 voos, sendo 80 da Faixa de Gaza, 1.413 de Israel, e 32 da Cisjordânia.

A Operação Voltando em Paz continuava levando mais suprimentos em aviões da FAB até o Egito, depois até a Faixa de Gaza, enquanto o governo brasileiro aguardava os resultados das novas listas de repatriação. A diplomacia brasileira apresentou uma lista solicitando o resgate de 102 pessoas para liberação na segunda lista de repatriação. O pedido registrou uma considerável mudança nos critérios brasileiros para repatriação, que agora incluía, com o aval de Mauro Vieira e Lula, irmãos e avós. A relação publicada por Israel e pelo Egito permitiu que 78 brasileiros e familiares fossem autorizados a deixar o enclave, segundo documentos.

Os 24 nomes restantes, sendo sete brasileiros, foram barrados sem explicações, em negativa já esperada pelo Itamaraty. Do grupo autorizado, apenas 48 pessoas cruzaram a passagem de Rafah no dia nove de dezembro de 2023. As outras pessoas contempladas desistiram da repatriação para, entre outros possíveis motivos, permanecerem com seus familiares que tiveram autorização negada por Israel e Egito. Entre as pessoas proibidas de deixar Gaza estava o pai de Hadil, esposa de Mohammad Farahat.

O ministro Mauro Vieira articulou um pedido de revisão dos vetos ao chanceler israelense Eli Cohen, durante uma reunião em Buenos Aires, onde ambos estavam para a posse do presidente argentino eleito, Javier Milei. Doze dias depois, após a publicação da terceira lista de repatriação, com 32 pessoas autorizadas – 16 brasileiros e 16 palestinos –, 30 embarcavam no KC-30 da FAB rumo ao Brasil. Neste grupo estavam pessoas que haviam sido proibidas anteriormente e que agora puderam agarrar a oportunidade de fugir da guerra, como

os pais de Noura Bader, Riyad e Nabila. Também estava Rawan Rabee, uma das irmãs de Hasan, negada na primeira lista de repatriação, e Youssef El Duwek, pai de Hadil. Duas pessoas não embarcaram, segundo o governo, porque uma desistiu, e outra, um idoso, sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) antes do embarque e foi hospitalizado no Egito. O 13º pouso de repatriação da FAB pousou em Brasília no dia 23 de dezembro. No dia de Natal, em 25 de dezembro, Lula participou de um almoço com os repatriados no Hotel de Trânsito da Base Aérea da capital federal.



À esquerda, o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Paulo Pimenta, recebe os repatriados da terceira lista com Lula e Janja. De óculos e camisa cinza, atrás de Lula, está Youssef El Duwek, pai de Hadil. Ao fundo, a equipe de saúde do governo federal. Foto: Ricardo Stuckert/ Governo federal

De Brasília, 21 repatriados voaram para Campinas, em São Paulo, no dia 26 de dezembro. Outras listas seriam necessárias para buscar outros brasileiros que ainda seguem presos em meio ao massacre da guerra de Israel na Faixa de Gaza. Um ano depois, ainda não há perspectivas para a retomada da Operação Voltando em Paz.

Reunião familiar

“Se existem direitos humanos, e se o Brasil assinou tratados internacionais, o Brasil tem que encontrar as formas. Não vou desistir.”

Talitha Camargo da Fonseca

O avanço da devastação causada pelo Exército de Israel na cidade de Deir Al-Balah, na região central da Faixa de Gaza, adiou qualquer alívio que Ramadan Abdou poderia ter após chegar ao Brasil com a esposa no primeiro grupo de repatriados. Isso porque o resgate do palestino teve um preço alto: ele foi obrigado a fazer uma "escolha de Sofia" ao deixar três filhos, frutos de outro relacionamento, em Gaza, e seguir viagem com Reem Rabee para ajudar nos cuidados com a bebê Aylin e com a gestação de Ayan em São Paulo. Alaa, Khaled e Inshirah (que leva o mesmo nome da avó), de sete, oito e seis anos, vivem em tendas improvisadas no enclave, literalmente dentro de uma área que é alvo de constantes operações aéreas e violentas incursões terrestres pelos militares israelenses.

Ramadan conta que deixou os filhos sob os cuidados da mãe, mas ela foi dada como desaparecida pouco depois que ele pousou no Brasil. Por isso, as crianças passaram a ser cuidadas por uma tia. Em dezembro de 2023, o palestino recebeu a notícia de que a mãe das crianças havia sido morta depois que a casa onde morava foi bombardeada. Desde então, mais de um ano depois do início da guerra, o pai acompanha diariamente o noticiário, e tem medo de encontrar o nome dos filhos nas listas de óbitos, divulgadas pelos hospitais do enclave. Ele diz que já perdeu cerca de 50 familiares na guerra, entre tios,

primos e outros parentes. "Meus filhos agora vivem em uma tenda com perigos ao redor, e doenças também se espalharam entre eles", lamenta Ramadan, enquanto mostra um vídeo da filha Alaa pedindo ajuda, e fotos do menino Khaled, repleto de feridas no rosto causadas por algum tipo de infecção – um alerta preocupante devido à onda de doenças que voltaram a se proliferar na Faixa de Gaza com as degradantes condições sanitárias trazidas pela guerra.

O drama de ter que abandonar grande parte da família para fugir do conflito armado e posteriormente tentar resgatar os entes é também um grande problema compartilhado por todos os repatriados, sem exceção; trata-se da principal queixa dos que chegaram ao Brasil. O Estado brasileiro pode conceder autorização de residência a familiares não brasileiros que desejam sair Faixa de Gaza, ou de qualquer outro lugar do mundo, através do direito de reunião familiar.

A portaria interministerial, editada em 14 de junho de 2018, facilita, portanto, a entrada de pessoas para que possam se reencontrar com sua família, desde que tenha ao menos um brasileiro – ou palestino-brasileiro, neste caso – reconhecido e naturalizado pelo Estado e que não seja outro beneficiário da mesma portaria, e assim amenizar a fragmentação estrutural do grupo familiar. Porém, a portaria determina um limite de distanciamento que o familiar deve ter de seu parente em sua árvore genealógica. Isso significa que não basta simplesmente ter laços consanguíneos com um brasileiro de origem ou naturalizado. Um visto temporário e renovável para viver no Brasil sob o direito de reunião familiar só pode ser concedido a um palestino que seja, em relação a um brasileiro:

- cônjuge;
- filho;
- irmão ou enteado (menor de 18 anos, ou até 24 anos se for estudante, ou economicamente dependente);
- ascendente até o segundo grau (pai, irmãos e avós);
- descendente até o segundo grau (filhos e netos).

Ou que tenha, em relação a um brasileiro ou residente autorizado no Brasil:

- filho;
- enteado (da mesma forma menor de 18 anos, ou até 24 anos se for estudante, ou economicamente dependente);
- algum brasileiro sob cuidados legais.

A lei é considerada dura por advogados, já que pode forçar uma ruptura ainda mais grave na família. Um brasileiro pode, de acordo com a lei, conseguir um visto para uma irmã no Brasil. Ela, porém, não poderia trazer seus filhos, já que, em relação ao tio, são parentes de terceiro grau, o que está fora dos critérios da portaria. Foi justamente esse o caso da palestina Wejdan Shaheen, autorizada a se refugiar no Brasil, contanto que deixasse suas duas filhas e o marido em Gaza.

A jornalista e advogada especialista em Direito Público Talitha Camargo da Fonseca foi uma das responsáveis pela coleta de dados de palestinos presos na Faixa de Gaza e na formação das planilhas que seriam enviadas para o Itamaraty, junto a um grupo de advogados que trabalham para fazer valer o direito de reunião familiar aos que ficaram de fora das três únicas operações de repatriação do enclave. Ela explica que a elegibilidade de um palestino nos critérios da portaria traz consigo uma série de outras complicações. "Algo muito específico da cultura é a reunião familiar para eles [palestinos], que é, realmente, uma convivência entre várias gerações. Estamos falando de famílias multigeracionais vivendo em uma casa, ou em casas conexas. Só que com a guerra, essas famílias foram se reconfigurando, até o ponto em que quando nós começamos a fazer essas listas, nós tínhamos um sobrinho com [cuidando de] netos, com tio, avô, e era isso que tinha para vir para o Brasil", explica a advogada.

Quando uma família tinha “perda total” de parentes na guerra, outras famílias, de idosos, por exemplo, assumiam, relata a advogada. “Isso tudo ficou muito complicado para se colocar num patamar, por exemplo, de pedir vistos.” Talitha diz que nunca foi pedido ao Itamaraty que abrisse exceções diante de todos os outros refugiados do mundo,

mas que o caso de Gaza fosse, sim, observado em sua complexidade: 70% dos nomes planilhados pela advogada e pelo grupo de trabalho, e que se enquadrariam na portaria interministerial, eram crianças.

Outra grande dificuldade, segundo Talitha, era o acesso às identidades, uma vez que a maioria das pessoas perdeu seus documentos essenciais na guerra. Nesse sentido, a advogada destaca a ajuda do embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzeben, em acordo com o grupo de advogados para que os palestinos que não tivessem documentação, mas que possuíssem o mínimo que pudesse identificá-los, passassem por um processo de emissão documental facilitado através das embaixadas. "Isso foi feito para algumas famílias, e não para todas. E fora que tinham outros problemas que a gente foi desdobrando no meio do caminho, como, por exemplo, de crianças nascidas durante o período de conflito. Essas obviamente não tinham nem certidão de nascimento, então como transportar [até o Brasil]? Tudo isso é um tema muito desafiador porque existem famílias lá ainda, e que merecem o encontro com seus familiares", diz a advogada.

Os pedidos para que famílias fossem resgatadas de Gaza foram feitos individualmente pelos advogados já a partir do final de outubro, o mês em que o conflito teve início. Durante esse processo de envio das planilhas para as Relações Exteriores, Talitha conta ficou estarrecida ao perceber que o ministério não sabia como lidar com a situação, mas que evitou levar a situação "a ferro e fogo" ao governo. "Entretanto, se eles são os ministérios, eles têm que encontrar uma solução. Se existem direitos humanos, um direito humanitário, e se o Brasil assinou tratados internacionais para isso, o Brasil, ou país que se propuser, tem que encontrar as formas", ela diz. "Não vou desistir."

O processo de obtenção de registros e documentação só foi bem executado para familiares palestinos de até segundo grau que viajaram ao Brasil pela FAB durante as operações de resgate. Antes da guerra, Reem Rabee teve sua residência reconhecida no Brasil com ajuda do irmão Hasan, que já morava há anos no país. Depois, ela deu à luz Aylin e Ayan em São Paulo, o que garantiu os vistos dela e do

marido. O casal tem Aylin como o medalhão da sorte que salvou a família da morte: “Ela [Aylin] foi a razão que nos ajudou a escapar de Gaza para o Brasil. Ela nos ajudou a escapar, e é muito especial”, diz a mãe. Já Alaa, Khaled e Inshirah não se enquadrariam no direito de reunião familiar em relação ao pai, Ramadan, que é palestino de origem, mas estão elegíveis uma vez que seus irmãos Aylin e Ayan são brasileiros. Em tese, as três crianças já poderiam estar no Brasil se seus nomes tivessem sido contemplados nas listas de liberação à época da Operação Voltando em Paz. Já as irmãs de Ramadan, que são maiores de 24 anos, precisam comprovar dependência econômica em relação ao irmão. Os nomes de todos estiveram no rol enviado ao Itamaraty para análise.



Da esquerda para a direita, a matriarca Inshirah, sua nora Reem Rabee com Aylin no colo, e seu filho Ramadan Abdou segurando Ayan. Foto: Gustavo Zanfer

O drama dos que lutam para incluir nas listas de resgate do governo federal os familiares palestinos que estão presos na Faixa de Gaza desde quando tudo aconteceu no enclave não é, evidentemente, exclusivo dos repatriados. Ronza Abujayyab e o marido, Akram, são trazidos ao livro, principalmente, por representarem a luta para pôr em

prática o direito a reunião familiar. Em Gaza estão a avó, os pais, uma irmã e dois irmãos de Ronza, que tenta junto ao amigo e advogado Edgard Raoul o resgate para o Brasil. Uma irmã e um irmão estudam medicina no Egito. A avó de Ronza de 87 anos, viveu a Nakba e teve que deixar sua casa em Yasur, território palestino hoje ocupado pelo Estado de Israel. Em 1948, a família foi expulsa pelos colonos israelenses e teve que se estabelecer em Al Zahra, em Gaza.

O pai é médico e trabalha em hospitais na Faixa de Gaza, e recebendo apenas metade do salário, tenta equilibrar a subsistência da família. "Meu pai trabalha numa sociedade médica que cuida de pessoas com deficiência física, ele é o *chairman* dessa organização. Existem uma unidade em Gaza e outra em Rafah. Então quando Israel ordenou que o norte de Gaza se movesse para o Centro e para o Sul, meu pai foi para Rafah para trabalhar na unidade de lá e completar seu trabalho lá porque há muitos deficientes na região, e eles precisam de cuidados médicos, e os médicos precisam estar nos centros", ela explica. "Israel destruiu a unidade em Rafah, e agora meu pai só vai para o hospital e trabalha como qualquer outro médico, porque os hospitais chamam todos os médicos para estarem nos hospitais para servir às pessoas. Toda a minha família foi com o meu pai para Rafah porque não havia lugar para ir, então eles seguiram meu pai."

Depois dessa última migração da família no enclave, Israel ordenou a retirada de palestinos de Rafah, que seria bombardeado, empurrando a família Abujayyab para o campo de Maghazi, na província de Deir Al-Balah, no centro da Faixa de Gaza. Eles moram atualmente na região, na casa de uma tia de Ronza. O casal não é repatriado, mas refugiado. Eles atravessaram a passagem de Rafah – aberta em somente cerca de 30 dos 365 dias do ano – em 2017, logo após se casarem, com o objetivo de construir uma família em um país que oferecesse condições mínimas de dignidade. Os dois deixaram Gaza primeiramente por causa de uma oportunidade para fazer um mestrado – Ronza é formada na faculdade de engenharia mecatrônica da Universidade Al-Azhar. Após morarem no Egito por um ano e meio, decidiram se mudar para a Turquia em busca de uma vida melhor, e lá

viveram por mais de três anos. "Depois que viajamos para o Egito, eu decidi que não queria mais estudar lá, mas eu não queria voltar a Gaza porque lá não é um lugar para fazer uma família. Por causa das muitas guerras, por causa de Israel e por causa do nosso governo também. Então nós decidimos pesquisar sobre a chance em países para irmos e termos uma boa qualidade de vida. Nosso direito de viver livres. No Egito nós não podemos ter nenhuma residência, só para alunos, e depois que os estudos acabam, eles forçam os palestinos a voltarem para Gaza. Não há chances", conta Ronza.

O casal não teria conseguido um visto para o Brasil a partir do Egito por não ter uma residência no território egípcio, tampouco outras burocracias obrigatórias, como conta bancária local. Quase que forçados a saírem da Turquia, um país saturado de refugiados, foi na embaixada brasileira em Istambul que Ronza e Akram conseguiram vistos para viajar ao Brasil como turistas. Pousando em Guarulhos em 2022, o casal vive atualmente na zona sul de São Paulo, e são ajudados pelo advogado Raoul.

Inicialmente, o advogado da família tentou incluir a família Abujayyab na primeira lista de pessoas autorizadas a deixar a Faixa de Gaza em novembro, quando 34 brasileiros e familiares foram contemplados. A tentativa, porém, não teve sucesso. Agora, o casal aguarda o período de cerca de três anos para poder iniciar o processo de cidadania brasileira. A mudança de status de refugiado para brasileiro pode ajudar no resgate dos integrantes da família, que passariam a ser parentes de cidadãos brasileiros.

O direito de reunião familiar foi eventualmente concedido aos familiares de Ronza, após meses travando uma luta comunicacional com os ministérios do governo federal em toda a sua lentidão para dar um retorno aos Abujayyab. "Eu não sei porque eles não nos dão uma boa atenção desde o começo. Eu tenho uma situação muito importante e preciso evacuar a minha família muito rapidamente, mas eu espero há mais de seis meses e eles não respondem. E depois que eles veem que a fronteira está fechada, eles dizem 'ok, nós daremos aos seus

pais e à sua avó [permissão para receber o visto]'. Mas, agora, o que eles [minha família] podem fazer com isso [a permissão]?", diz Ronza.

A concessão do direito de reunião familiar aos filhos de Ramadan, à família Abujayyab ou a qualquer grupo solicitado pelos advogados junto ao governo não se confunde, portanto, com a instauração de uma nova operação de resgate pelo governo federal, que não parece estar nos planos do presidente Lula, apesar das promessas. Além da falta de suporte operacional da FAB nos moldes da Operação Voltando em Paz, as crianças, uma vez no Egito, não teriam acompanhantes para viajar até o Brasil, o que seria feito em um voo comercial, sem qualquer suporte médico de que precisam. Mas uma das maiores barreiras ainda está dentro de Gaza: com o fim dos esforços diplomáticos do Brasil para a confecção de mais listas de nomes autorizados a deixar a zona de guerra, os portões de Rafah seguem mais trancados do que nunca. A não ser que se pague pela sua abertura.

O rei da travessia

Após a onda midiática mundial que pressionou governos a conduzirem esforços de resgate de seus cidadãos presos na Faixa de Gaza em meio à guerra de Israel e o Hamas, a única maneira de sair do enclave é por ônibus e vans fretados pela empresa de turismo *Hala Consulting & Tourism*, um dos braços da *Organi Group*, império liderado pelo magnata Ibrahim El-Organi. Um assento na curta viagem de Rafah até o Egito custa, em média, US\$ 7 mil, o equivalente a R\$ 39.620 por pessoa na cotação atual (com o dólar a R\$ 5,66). Toda a saga diplomática entre autoridades de diversos países e mediadores descrita no capítulo quatro, envolta por tensões, riscos iminentes de morte e frustrações no altamente sigiloso processo de seleção de nomes para evacuação de Gaza, deixa de existir caso se pague pelo atalho de El-Organi – o que lhe rendeu o apelido de "Rei da travessia".

Sendo um dos principais aliados do presidente do Egito, Abdel Fattah El-Sisi, Ibrahim El-Organi também se tornou muito influente entre os militares do país e o principal nome da construção civil na fronteira com a Faixa de Gaza após períodos de guerra. A *Organi Group* não



المبادرة الرئاسية للتخفيف عن المواطنين الفلسطينيين

Imagem de propaganda da Hala Consulting & Tourism mostra veículos da empresa cruzando a passagem de Rafah, na fronteira entre Gaza e o Egito. Na descrição do post do Facebook, o texto diz "O Egito nunca fica atrás dos seus irmãos. Estamos orgulhosos de sermos uma parte essencial do transporte de viajantes palestinos através de carros com ar condicionado a preços nominais no âmbito da "Iniciativa Presidencial para Aliviar o Fardo dos Cidadãos Palestinos". Foto: Reprodução/ Hala Consulting & Tourism/ Facebook

divulga nenhuma informação sobre os preços de suas viagens e não respondeu aos pedidos de comentários feitos à empresa, nem à sua extensão Hala. Diversos relatos dos palestinos dão conta de valores exorbitantes cobrados para que tivessem a chance de embarcar para

o Egito – variando para até US\$ 11.000 (R\$ 62.260) por adulto, e US\$ 2.500 (R\$ 14.150) para crianças.

A empresa é suspeita de repassar parte do dinheiro arrecadado ao governo egípcio e ao Estado de Israel, o que ajuda a justificar a facilidade com que o Rei da travessia consegue tirar qualquer pessoa da Faixa de Gaza que antes estava sendo barrada pelas autoridades. A família dos Rabee se articulou para conseguir pagar a travessia de Mahmoud Hammad, marido de Rawan, uma das irmãs de Hasan.

Como vimos, a cerimônia de casamento da jovem de 23 anos, que não aconteceu por causa do estouro do conflito, foi o principal motivo da viagem da família de Hasan à Faixa de Gaza. Hammad não era elegível para sair do enclave pelo governo federal brasileiro, além de também não se enquadrar na portaria para conseguir um visto de reunião familiar. Hasan conta que foi necessário vender um carro da família para custear parte da "palhaçada muito grande" cobrada pela *Hala*, e Rawan diz que ainda foi preciso que Mahmoud pedisse um empréstimo a um amigo da Bélgica.

"A passagem do ônibus não custa nem 50 reais, e você tem que pagar 30 mil reais só para falar que é viagem VIP. Você atravessa um quilômetro, 'daqui para cá', e pronto: 30 mil reais", relata Hasan. "Uma coisa muito interessante também é que quando você sai através dessa empresa, em uma área militar e cheia de checkpoints do Exército do Egito, você não é barrado em nenhum checkpoint. A minha família tem dez pessoas lá ainda, com sobrinhos, cunhados, irmãs. É só pagar para eles [*Hala*] 300 mil reais e resolve." No Egito, ainda existia os altos custos da viagem do voo comercial do cunhado.

Quem controlava a Faixa de Gaza em 2017, ano em que a engenheira passou pelos portões de Rafah rumo ao Egito, era o Hamas. O grupo de resistência participava das negociações de quem entrava e saía. A engenheira relata que existia um acordo para que estudantes pagassem um valor menor à empresa que explorava o bolso dos viajantes na fronteira. Segundo Ronza, ela e o marido pagaram cerca de

US\$ 2 mil, valor também concedido àqueles que precisavam sair de Gaza para ter acesso a cuidados médicos.

Na época em que me sentei para conversar com Hasan, em abril de 2024, Mahmoud já havia cruzado Rafah e estava no Egito. Hasan entrelaçava os dedos durante a conversa e dizia não saber exatamente o que fazer, e que, mesmo conseguindo juntar o dinheiro necessário para arcar com os custos da viagem de um membro da família, ainda assim restariam muitos outros. O valor exorbitante cobrado pela empresa de turismo cobre somente a travessia de alguns minutos, e nenhum outro serviço, como de hospedagem ou alimentação.

Hasan tentava buscar autorização do Brasil para que o cunhado pudesse viajar até São Paulo, mas afirma que não estava conseguindo porque "o governo brasileiro, na verdade, está fechando as portas para os palestinos que querem chegar aqui [no Brasil]". Quando fui à casa de Reem Rabee e Ramadan, em julho de 2024, Mahmoud chegou com Rawan no final da conversa para visitá-los, estando ele há apenas sete dias no Brasil, após três longos meses de espera no Egito.

Os 104

Para trabalhar no resgate de mais familiares palestinos na Faixa de Gaza através do direito à reunião familiar, o grupo de advogados brasileiros do qual Talitha da Fonseca faz parte forma o coletivo jurídico intitulado "Adala lepê", que enviou uma lista com 104 – membros de nove famílias de brasileiros e palestinos residentes no Brasil, dentre os quais 37 eram crianças e dez idosos – nomes e informações de identidade a ministérios do governo federal.

O coletivo viajou até Brasília em abril de 2024 para dialogar com as autoridades e, com a ajuda de parlamentares como a deputada federal Sâmia Bomfim, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), uma série de reuniões foram feitas com os principais ministérios envolvidos com as responsabilidades exigidas pelo tema.

Foram feitas conversas com os ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania, da Justiça, e das Relações Exteriores (Itamaraty) –

especificamente com o representante do departamento de Imigração e Cooperação Jurídica do Itamaraty, e com a Secretaria Nacional de Justiça, as duas pastas responsáveis pela edição de portaria conjuntas que direcionam como a expedição de vistos de reunião familiar deve ser feita no Brasil.

A advogada criminalista Maira Pinheiro, uma importante voz pró-Palestina no Brasil e parte do grupo de advogadas do coletivo presente na capital federal, registrou em suas redes sociais o trabalho que foi feito. Foi apresentada aos ministérios uma petição com três demandas fundamentais:

1. Que fosse editada uma portaria específica para os palestinos da Faixa de Gaza, que contemplasse graus de parentesco mais amplos do que a atual edição da portaria de reunião familiar. O documento pede que se leve em consideração alguns aspectos culturais de como se dão os laços e vínculos familiares em Gaza, assim como a economia obliterada em decorrência do cerco de Israel;

Maira explica, em um de seus vídeos publicados em suas redes, que há na lista de 104 nomes de familiares de brasileiros diversas mães e pais com filhos crianças que poderiam teoricamente pleitear e conseguir o visto de reunião familiar em território brasileiro, mas seus filhos não. “Isso significa uma negação tácita ao direito de reunião familiar dessas pessoas. A gente pede uma portaria que contemplasse essas particularidades”.

2. Que, uma vez editada a portaria, os 104 nomes da lista fossem contemplados pela expedição do visto;
3. Por fim, que fosse reinstalada a Operação Voltando em Paz, ou um trabalho interministerial nos mesmos moldes para intervir diplomaticamente junto aos Estados envolvidos na travessia da fronteira, “sem terem que arcar com as propinas cobradas pela empresa privada que explora economicamente a fronteira”, como pontuou Maira.

Quem também fez parte do grupo de trabalho presente em Brasília foi a influente Faysa Daoud, palestina jordaniana que vive no Brasil há mais de 40 anos. Ela fundou e hoje preside a ONG Refúgio Brasil, instituição sediada no município paulista de Mogi das Cruzes, que acolhe refugiados que chegam ao país e que tem papel fundamental na sobrevivência de centenas de pessoas. Já era agosto quando eu e Faysa falamos sobre o saldo da viagem do grupo de trabalho à Brasília em abril, e a resposta da empresária é um sinal de negação com a cabeça.



Grupo de trabalho se reúne com autoridades de ministérios em Brasília, em abril de 2024. Da esquerda para a direita, estão a advogada Talítha da Fonseca, a empresária Faysa Daoud (de roupa vermelha e hijab), o repatriado Hasan Rabee, a também advogada Maira Pinheiro e a deputada federal Sâmia Bomfim. Foto: Reprodução/ONG Refúgio Brasil

A petição desenvolvida pelos advogados e enviada aos ministérios responsáveis não surtiu efeito, e a comunicação estabelecida entre as pastas e o grupo de trabalho passou a ser, segundo Faysa e os advogados, muito escassa, demorada e burocrática – quando sequer havia retorno. A demora no atendimento é, na verdade, um fator fatal para os familiares em Gaza: a lista inicial encaminhada aos ministérios em dezembro de 2023 contabilizava 250 pessoas, de acordo com Faysa, com esforços conjuntos da Federação Árabe Palestina do Brasil

(Fepal) e da ONG Refúgio Brasil. Em fevereiro do mesmo ano, a lista contava com 150 nomes.

"A gente tentou pedir [resgate] só para aqueles que têm direito. Até chegar lá [em Brasília] e marcar agenda [com os ministérios], tínhamos só 142 pessoas na lista. 'Cadê o restante?', me perguntaram. Morreu! Estamos em guerra. Se não acelerar o processo, não vai adiantar", diz a jordaniense. Ela estima que, em agosto de 2024, a lista não ultrapassava quatro pessoas vivas.

Em uma tentativa de acelerar o processo e evitar mais entraves, o grupo de trabalho decidiu não exigir o resgate dos familiares palestinos custeado pelo governo brasileiro, apenas as autorizações para que recebessem os vistos para viver no Brasil. A viagem seria feita em voos comerciais. Em nota, o Itamaraty afirmou que as reuniões realizadas com o grupo de trabalho em Brasília tinham como objetivo o auxílio e facilitação na concessão de vistos por reunião familiar, mas que isso "não pode ser confundido com operações de repatriação a partir da Palestina".

A pasta diz que, em fevereiro, os últimos quatro brasileiros em condições de deixar a Faixa de Gaza foram repatriados. Segundo a pasta, não há previsão de realização de novos voos de repatriação, "já que não há brasileiros a serem repatriados". Os quatro repatriados em janeiro são, segundo o embaixador do Brasil na Palestina, Alessandro Candeas, uma mãe e seus três filhos menores, um deles nascido na véspera de natal de 2023.

Contatados para falar sobre o andamento dos esforços para ceder vistos de reunião familiar aos palestinos, não responderam aos pedidos de comentário o Comitê de Governança Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Justiça, a ouvidoria Fala.BR (da Controladoria-Geral da União), tampouco a ouvidoria FalePR (Fale com o Presidente!) – todas instituições ou canais de instituições públicas, mantidos com dinheiro público, e que têm como uma de suas obrigações o fornecimento de esclarecimentos sobre seus trabalhos.

Embora tenha sido reconhecido que Ibrahim Alzeben prestou um importante auxílio na obtenção de documentos aos familiares palestinos presos em Gaza durante o processo de pedidos de vistos de reunião familiar, Faysa e a advogada Talitha relatam que o apoio do embaixador da Palestina no Brasil teve um limite. Alzeben teria declinado pedidos de auxílio burocrático para a evacuação de um grande número de palestinos por acreditar que Gaza precisa de pessoas ocupando o território como forma de "resistência" contra o desaparecimento do enclave.

Faysa disse ter pontuado ao embaixador que a recusa de ajuda para evacuação faz apenas com que a libertação da Palestina esteja sendo feita "com o sangue das crianças, das mulheres, dos jovens e dos idosos". "Gaza não existe mais, acabou. Eles estão em tendas morrendo por bombas, fome e doenças. Libertar com o quê? Eles têm que sair, eles querem viver", disse Faysa.

A jordaniana relata que recebe diariamente mais de 30 mensagens de pessoas suplicando para que sejam resgatadas de Gaza. "Eu falei pra ele que 'é você que tem que pedir [as evacuações]', e ele me respondeu com 'infelizmente eu não posso. Quando Ibrahim me perguntou o que eu pretendo fazer, eu disse que temos duas opções: a voz dos políticos para falar com Brasília, e temos a voz do povo, a quem eu represento. Então nós podemos fazer 'bagunça', bagunça organizada, uma manifestação, chegar em Brasília, ficar lá, juntar um monte de gente, fazer esse pedido [de reunião familiar] etc", ela conta.

O ineditismo da situação não escancarou o despreparo somente dos ministérios do governo Lula para tratar do caso de Gaza. Faysa conta que ela e Hasan Rabee, que atua como secretário e em assuntos estratégicos pela ONG Refúgio Brasil, trabalharam para esclarecer procedimentos burocráticos ao embaixador da Palestina no Brasil, quando isto caberia ao próprio embaixador, assim como teria a embaixada de Alzeben mais poder de pressionar Israel. A jordaniana acredita que se os vistos humanitários fossem desembargados, todos que tivessem a possibilidade de recebê-los aceitariam a proposta de

ida ao Brasil imediatamente. Alzeben questionou o que seria feito com os resgatados uma vez no Brasil, país considerado despreparado para esse tipo de acolhimento. "Falei para deixá-los comigo, porque eu sei o que fazer com eles; a gente consegue, mas salve eles da morte", diz Faysa.

Talitha fala em "horizonte de mundo" e de "história de vida" do embaixador palestino que levam ao posicionamento de cuidado em não "esvaziar" Gaza. A advogada ressalta, ainda, que teve seus pedidos atendidos por Alzeben quando solicitado, mas confirmou que existe resistência na facilitação de obtenção de vistos. Ela lembra que a grande maioria dos nomes que constam nas listas enviadas aos ministérios eram crianças. "O que foi colocado na mesa é uma reflexão sobre essa questão de impossibilidade de futuro [das crianças] porque não há possibilidade alguma de resistência diante de um dos exércitos mais ágeis do mundo, e com tantas formas que eles [Israel] têm de repressão", disse a advogada. Procurados, a Embaixada da Palestina no Brasil e o embaixador Ibrahim Alzeben não responderam aos pedidos de comentários.

Se o governo brasileiro fizer valer o direito de reunião familiar, trazendo os familiares para o Brasil, isso não significa esvaziar a Faixa de Gaza para Israel "tomar conta de lá", para Hasan Rabee. "Na verdade, Israel já toma conta de tudo há 76 anos. Na primeira Nakba, em 1948, estava muito mais fácil sair de Gaza do que hoje; você podia fazer as malas e ir embora. Hoje, não. Está todo mundo dentro de um presídio, onde ou você morre, ou morre. Não tem outra escolha." Em janeiro de 2023, a embaixada de Candeas em Ramallah monitorava 15 brasileiros que ainda estavam na Faixa de Gaza, tendo eles oito parentes próximos. Com a ida das quatro pessoas ao Brasil, havia na Faixa de Gaza, no mês de outubro de 2024, 11 brasileiros, dos quais oito eram crianças e os outros oito eram parentes ou imigrantes.

Alessandro Candeas afirma que a embaixada do Brasil em Ramallah mantém contato diário com os brasileiros que ainda estão em Gaza, e que seguem enviando recursos para tentar garantir a

alimentação. “Um deles precisou comprar uma tenda com recursos que enviamos, pois a casa que havíamos alugado foi destruída. Ele nos relata que já precisou se deslocar várias vezes porque continuam havendo ataques em áreas de acampamentos supostamente protegidos”, conta Candeas.

Como todos os temas na mídia hegemônica brasileira e internacional, o drama da Faixa de Gaza tem prazo de validade. Salvo em casos de grandes desdobramentos, quase nenhuma manchete ilustra, por exemplo, a guerra entra a Ucrânia, apoiada pelos Estados Unidos, e a Rússia, que começou em fevereiro de 2022. Tampouco a ação do Talibã no Afeganistão, ou o que o Estado Islâmico anda fazendo na Síria ou no Iraque.

Outras graves tensões sem precedentes na História tomaram conta do Oriente Médio nos meses após o sete de outubro, como a troca de ataques aéreos entre o Irã e Israel, e o início do massacre do Líbano pelo exército israelense contra o Hezbollah – o que deu início à Operação Raízes do Cedro, para repatriar brasileiros e familiares que pediram resgate do Líbano.

É verdade que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva avança em pautas que fazem barulho na internet, mostrando que o Executivo é sensível a pressões. “Se a mídia desliga, o governo desliga também, porque quem manda no governo brasileiro hoje é a mídia. A grande pressão mundial é a mídia. Então, tem mídia batendo? Tem trabalho do governo. Não tem mídia batendo? O governo vai desligar”, opina Hasan. Candeas diz que, no atual cenário, não há perspectiva para a saída de mais brasileiros e familiares da Faixa de Gaza.

Vida no Brasil

Já era possível ver algumas mulheres vestidas com *hijabs* coloridas enquanto eu caminhava em direção à casa da família dos Bader, na zona leste de São Paulo. Alguns feirantes japoneses desmontam uma barraca montada em um espaço onde há um comércio em feiras, e uma pessoa passa falando em árabe ao telefone. Monir Bader conta

que quase todas as casas de sua rua são de moradores estrangeiros, e que ele se sente em casa estando ali. No fim de sua rua há uma escola árabe, onde os filhos estudam, e onde o primo e radiologista Paulo Abo Omar trabalha. Perto dali existe uma mesquita frequentada pela família.



Da esquerda para a direita está Paulo Abo Omar, Riyad (pai de Noura e tio de Monir), Monir, Noura e o pequeno Mohamed Monir Bader, que saiu mais cedo da escola por estar com dor de dente. Foto: Gustavo Zanfer

Monir se diz grato por estar em paz após a turbulência mortal que viveu em Gaza com sua esposa, Noura, e os filhos. Eu questiono o saudita sobre possíveis casos de preconceito contra a família em alguma ocasião durante os anos no Brasil, mas ele não consegue lembrar de casos específicos, senão de algumas “piadas” feitas com ele por brasileiros ou comentários genéricos sobre a sua cultura. Não há, segundo ele, racismo em seu entorno. Paulo, por sua vez, diz que ama o Brasil, e ninguém da família concorda com a ideia de um dia voltar para Gaza, especialmente após o sete de outubro. Apesar das dificuldades, os Bader enfrentam tudo com disposição e planejam o futuro.

Para garantir o sustento, a família cozinha e vende comida árabe graças ao talento de Noura. Sua mãe ajuda com a costura, e em frente à casa dos Bader há um *banner* com o texto "Loja de confecção de roupas femininas e infantis, modificação e conserto de roupas", seguido da mesma frase em árabe. Noura diz que a família paga R\$ 2.000 de aluguel no imóvel onde vivem, "mas com móveis também, porque outros lugares não tem móveis. O dono da casa é árabe. Ele deixa atrasar [o pagamento]". Eles contam que não tem contrato, "é na confiança". A família conta com o imóvel para receber mais um Bader que está a caminho, já que Noura anunciou estar grávida do terceiro filho. "Os árabes gostam muito de ter filhos. A minha mãe tem dez filhos. A mãe do Paulo tem oito. Quando eu digo que não quero mais [filhos], minha mãe diz 'não pode! Precisa de mais' [risos]. Eu tenho três filhos e estou grávida agora. De quatro meses". Noura diz que, depois dessa gravidez, não pretende ter mais filhos.

Faysa Daoud auxilia no pagamento das despesas dos Bader, e para vários outros palestinos. Ela paga, por exemplo, o aluguel e as contas de água, energia elétrica e conexão de internet de Reem Rabee e Ramadan, como uma substituição temporária ao Bolsa Família. A ONG Refúgio Brasil trabalha junto à Fepal para garantir apoio financeiro. "A gente dá cesta básica, roupa, carne *halal*, que eles gostam de comer, a gente conserta os projetos mais em conta, como o do Monir. Eles tinham um ateliê lá em Gaza, que foi destruído, e eles queriam [um novo], para consertar roupa; consegui montar um projetinho de maquinário, montamos as casas todas pra eles: cama, geladeira, fogão etc. É uma loucura, meu amigo!", relata Faysa.

"O casamento em si, você viu, os parceiros deram cada um pouco. Um contratou o bolo, outro os salgados etc. É pra fazer a alegria deles, que é tão bom de ver". Faysa se refere ao casamento de Rawan Rabee e Mahmoud Hammad, o evento que foi o motivo da viagem de Hasan e sua família até Gaza, e que não pôde acontecer justamente por causa da guerra. Embora as doações financeiras à ONG tenham diminuído drasticamente com a despopularização de Gaza na mídia mundial, Faysa atuou para que o casamento de Rawan e Mahmoud fosse

possível de ser feito. "No começo era o auge, todo mundo chegando junto. Agora, sabe... está complicado. Está difícil. Mas conseguimos", conta Faysa. Após minha visita à casa de Reem e Ramadan, Rawan me fez um convite para seu casamento, realizado na Mesquita Brasil, templo islâmico localizado no bairro do Cambuci, bairro central da cidade de São Paulo.



Faysa Daoud, à esquerda, sorri para a minha câmera com Inshirah, mãe de Ramadan, que segura o neto Ayan no colo durante o casamento de Rawan Rabee e Mahmoud Hammad em São Paulo. Foto: Gustavo Zanfer

Amigos e familiares transmitiam o casamento em *lives* pelo Instagram para que outros amigos e parentes em Gaza pudessem acompanhar o evento, cujo acontecimento foi “um verdadeiro milagre”, como disse a advogada Maira Pinheiro, presente na cerimônia. Em determinado momento, a noiva Rawan precisou sentar e, cabisbaixa, disse que não estava conseguindo contato com seus familiares em Gaza após uma queda na conexão de internet no enclave. O grupo estava em uma região alvo de ataques por Israel, e a preocupação era de que eles pudessem ter sido vitimados.



*Rawan Rabee e Mahmoud Hammad em sua cerimônia de casamento em São Paulo.
Foto: Gustavo Zanfer*



O casal dá as mãos após a troca de alianças na cerimônia de casamento. Foto: Gustavo Zanfer

A mesma dinâmica de blindagem cultural dos Bader parece ser seguida por todos os repatriados com quem tive contato: a comunidade palestina no Brasil se mostra forte e tende a viver em regiões que se aproximam ao máximo do que um dia foi, por exemplo, a Faixa de Gaza: todos próximos uns dos outros.

Além disso, a mesma opinião dos Bader em relação a preconceito – que traz embutido o racismo e a xenofobia – é compartilhada pelos Rabee, e por todos os outros palestinos entrevistados. No entanto, a realidade mostra um cenário diferente, e Faysa sabe disso. A palestina originária da Jordânia veio ao Brasil ainda na década de 1980 depois de um casamento arranjado com seu marido, que também era um refugiado no Brasil, e enfrentou toda sorte de preconceitos ao longo da vida no país.

No comando da ONG Refúgio Brasil desde 2007, ela coleciona histórias dos mais de 8250 refugiados que já passaram pela instituição. "Eles sofrem muito, sim. Mas negam. É o que eles falam porque eles são gratos, não querem se envolver, porque têm certo receio. Mas sofreram, sim, e agora principalmente o Hasan, que inclusive teve que entrar até na justiça."

A exposição de Hasan nas redes sociais lhe rendeu xingamentos e ameaças. O palestino-brasileiro está cadastrado no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), ferramenta do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que tem o objetivo de proteger pessoas que trabalham na defesa dos direitos humanos.

A advogada Talitha, que atua na defesa de Hasan, fala sobre diversos casos, e que há investigações em andamento pela Delegacia de Repressão aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), departamento da Polícia Civil de São Paulo responsável por investigar crimes de racismo e discriminação. Para além disso, várias ações cíveis ainda serão pleiteadas. "Por que não foram ainda? Porque eu precisava que o Hasan e sua família ficassem bem. Às vezes eu preciso produzir alguma prova com eles numa situação de vulnerabilidade

psíquica de um pós-guerra, então eu tenho que esperar”, fala a advogada. Quase um ano depois, Talitha diz que indenizações às quais Hasan e sua família têm direito começam a se materializar.

Grande parte dos repatriados que foram recomeçar suas vidas em São Paulo viajaram até Morungaba, pequena cidade no interior do estado, na região metropolitana de Campinas, com pouco mais de 13.700 habitantes. Lá está a Vila Minha Pátria, uma grande pousada indicada pelo governo federal para abrigar os recém-chegados nas dezenas de chalés em meio à natureza, junto a diversos refugiados majoritariamente afegãos.

Um dos primeiros a descerem da van que os transportou do aeroporto de Guarulhos até a pousada foi Mohammad Farahat com sua esposa, Hadil, e os quatro filhos. Outros repatriados como Reem Rabe, Ramadan Abdou, Shahed Al-Banna, Monir e Noura Bader e Ahmad El Ajrami também desembarcaram no local e foram recebidos com música, aplausos e jornalistas que se amontoavam entre a comunidade de refugiados que estendiam bandeiras da Palestina.

O local foi cedido por um casal de empresários, segundo Jennifer Soares, uma das missionárias que chefiam os chalés. Ela explica que toda a estrutura da Vila Minha Pátria é mantida pelas organizações humanitárias e missionárias da Convenção Batista Brasileira, Missões Nacionais e Missões Mundiais. “Tudo o que os nossos olhos contemplam aqui foi cedido pelo casal de empresários, que também fazem parte das redes das nossas igrejas; eles viram reportagens mostrando os aviões deixarem o aeroporto de Cabul [capital do Afeganistão], as pessoas pendurada s caindo, e se sensibilizaram”, conta Jennifer. Ela se refere ao momento da dramática retirada das tropas dos Estados Unidos no Afeganistão em 2021, o que permitiu a retomada do poder pelo grupo Talibã na região e, conseqüentemente, uma onda de refugiados em vários países.

A voluntária contabilizou, na época, 172 refugiados se abrigando simultaneamente nos chalés, o que exigiu rápida adaptação do grupo de voluntários que mantém o local funcionando. A missionária lembra

que o governo federal fez um acompanhamento inicial através do Ministério do Desenvolvimento Social, que organizou a chegada dos repatriados ao local, e que disponibilizou a Força Nacional do SUS para prestar apoio. Os voluntários trabalham para que os repatriados estejam prontos para deixar os chalés em até um ano, após passarem por um processo que os administradores chamam de "interiorização", processo durante o qual os abrigados regularizam documentações, aprendem português com professores voluntários, além da adaptação cultural no Brasil e a reinserção no mercado de trabalho nas empresas na região de Morungaba.

‘Dos 980 imigrantes que já passaram pela pousada, segundo Jennifer, até outubro de 2024, 28 famílias já haviam passado pelo processo de interiorização, e outras foram embora do Brasil – como Shamed e sua irmã Shams, assim como Ahmad, todos a França após sete meses morando nos chalés. A avó de Al-Banna, Jamila Ewaida, permanece na Vila Minha Pátria. Jennifer conta que Ahmad – que viveu entre 2012 a 2019 em Cuabá, no Mato Grosso, e trabalhou como motorista de aplicativo – foi à Europa para se encontrar com a esposa. Reem Rabee, então grávida de Ayan, considerou que os chalés não eram adequados para o seu período de gestação. Com ajuda de Faysa Daoud, ela se muda, então, para a região central de São Paulo, onde vivem os outros Rabee.

Minha pequena Gaza

O missionário alagoano Lucas Santos me acompanha com a capixaba Jennifer até o chalé dos Farahat. Faz sol, o céu está limpo, e eu não ouço nada além do canto de alguns pássaros e dos ventos contra as folhas das árvores na Vila Minha Pátria. É possível ver no horizonte uma vasta área rural verde. O ar é leve. Tudo representa o extremo oposto do que se tornou a Faixa de Gaza. Com a voz calma, Mohammed conta que a Vila é o local ideal para descansar a cabeça depois dos traumas vividos no enclave – e o fator trauma é trazido constantemente em quase todos os tópicos da nossa conversa. Jennifer conta que já presenciou muitas crises psicológicas em sua convivência com



Porteira da Vila Minha Pátria, em Morungaba, interior de São Paulo. Foto: Gustavo Zanfer

imigrantes que são acolhidos pelo projeto, mas nunca no nível de gravidade apresentada pelos palestinos. “Eles não conseguiam falar com a gente, se conectar. Estavam, ao mesmo tempo, ‘elétricos’, com medo e agressivos”, descreve Lucas. “A gente passava e falava com eles [repatriados], e eles não conseguiam responder a gente, não davam bom dia. Ficavam no mundo deles, e a gente não conseguia acessá-lo”. Foram dois meses até que sinais de melhora pudessem ser observados pela equipe de voluntários. Dois meses até que os Farahat conseguissem voltar a dormir melhor.

Maria Livia Tourinho Moretto, professora titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP USP), avalia que os sintomas descritos pelos voluntários da Vila Minha Pátria são típicos de alguém que está sofrendo com estresse pós-traumático – termo psiquiátrico que, na psicologia, é chamado apenas de trauma. Os sintomas, explica a professora doutora, dizem respeito uma espécie de "desordem" causada por um acontecimento que gera um esforço psíquico extraordinário. "A ideia de trauma se relaciona com a ideia de repetição, porque é um afeto que circula no corpo pedindo para ser escoado, para ser, como dizemos, representado, elaborado", diz Moretto.

A professora explica que é comum que alguém que passa por uma experiência traumática muito violenta passe a se "identificar" com o comportamento do agressor – isso ajuda a explicar desde os sintomas do civis pós-zona de guerra, até a postura militar de Israel no Oriente Médio, mesmo após tendo sido os judeus as vítimas no holocausto nazista em plena Alemanha da Segunda Guerra Mundial; assim como também a criação e manutenção de repressivos grupos armados de resistência na Palestina. Segundo a professora, "é como se fosse um escape inconsciente para sair da situação de agredido, se transformando em agressor. Daí o ditado comum de que violência gera violência".

O jeito mais clínico para o tratamento de uma situação como essa é oferecendo a oportunidade de ser ouvida, diz Moretto, com um interlocutor qualificado: um psicólogo. É quase "certo e matemático"

que as crianças que chegaram ao Brasil e que sofrem com estresse pós-traumático adquirido em Gaza desenvolvam algum transtorno psicológico no futuro. Moretto detalha que a "angústia" dada pela guerra precisa de um destino que, por vezes, são os sintomas que desencadeiam transtornos.



Da esquerda para a direita, posam para a foto os gentis Adam, Sommaya, Hadil, que coloca a mão no ombro de "Juju", a Júlia; Mohammad e, por fim, Tareq. Uma outra irmã, Tala, estava na escola. Juju gostou de ser fotografada e do som do "clique" emitido pela câmera, e pede para ver a foto na tela da Canon. Foto: Gustavo Zanfer

Dois dias antes de sair de Gaza, Mohammed conta que perdeu a tia e suas sobrinhas após bombas de Israel atingirem suas casas. "A situação naquele momento foi muito traumática. Quando você está entre mortos em hospitais, o sangue no rosto, vendo braços cortados, partes do corpo fragmentadas. Isso é totalmente traumático. Os sentimentos, os pensamentos ainda estão na minha cabeça. Às vezes, nos meus sonhos, eu vejo as pessoas da minha família que foram mortas; minha tia e sua família", ele lamenta. A família foi aceita no processo

de solicitação para serem levados ao Brasil pela portaria de reunião familiar, mas, como para os outros casos, a fronteira com o Egito segue trancada. A situação em Rafah piorou depois que a região se tornou um dos principais alvos das Forças de Defesa de Israel. "Perdi meus amigos, meus colegas de trabalho, e outras muitas pessoas. Meu primo, eu o perdi quando eu já estava aqui, no Brasil. Eu não sei se vou perder o medo pela minha família em Gaza. Meu irmão, irmãs, estão sofrendo agora, morando em tendas. Eles saíram de suas casas e ficaram ao lado da praia, em uma área que foi designada por Israel para ser uma zona segura, mas, na verdade, não é, porque também foi atacada", conta o Farahat.

Em novembro de 2024, eu criei junto a Mohammed um financiamento coletivo, ou "vaquinha", versão brasileira da Go Fund Me, para custear os remédios e uma lente intraocular dobrável para Hadil, que conseguiu passar por uma cirurgia de remoção de catarata pelo SUS, em Campinas. Mohammed sugeriu, ainda, um novo financiamento coletivo para ajudar a comprar equipamentos para uma cozinha que a família sonha em montar e utilizar para vender comida árabe. "Nós tivemos uma experiência bonita aqui na Vila Minha Pátria participando de uma exibição do aniversário da Vila neste ano [de 2024]. Foi uma experiência fantástica. Nós vendemos doces árabes, comida árabe. Essa experiência nos fez pensar em projetos, em um negócio específico para nós, para que a gente possa nos desenvolver aqui em Morungaba, e em Itatiba", conta, contente, o palestino. Ele é o único da família que pensa em retornar à Faixa de Gaza um dia, "quem sabe daqui a cinco, dez anos".

Os preparatórios para que Tareq volte a estudar em uma universidade, os laços criados no Brasil e, claro, a inabitabilidade de Gaza são alguns dos principais fatores que fazem com que os Farahat não se aventurem tão cedo no Oriente Médio.

Mohammed teme que nunca irá se recuperar totalmente depois de tudo, mas, como os Rabee e os Bader, ele procura se blindar culturalmente junto à sua família. "Se você olhar para este lugar, meu amigo

Gustavo... [Mohammed suspira fundo] eu estou tentando só me recuperar aqui, passo a passo, só para trazer o que eu estava fazendo em Gaza para perto de mim aqui. Eu tinha um pedaço pequeno de terra em Gaza e costumava plantar. Então estou tentando trazer meus hábitos, as coisas que eu gostava de fazer o tempo todo. Alguma coisa que, de alguma forma, me ajude a saber como ser adotado aqui é apenas lidar com sucesso com as circunstâncias. Aquela planta [ele aponta para um vaso de flores disposto na porta de seu chalé], eu tinha uma igual. Eu tenho aqui a minha pequena Gaza. Nós vamos ficar bem."

Referências bibliográficas

BUZETTO, Marcelo. A questão Palestina: guerra, política e relações internacionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

OMER, Mohammed. Em estado de choque: sobrevivendo em Gaza sob o ataque israelense. São Paulo. Autonomia Literária, 2017.

DOMINGOS, Rafael Oliveira. Gaza no Coração: História, resistência e solidariedade na Palestina. São Paulo: Elefante, 2024.

SHAPIRA, Anita. Israel: Uma história. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

KAUFMAN, Uri. Eighteen Days in October: The Yom Kippur War and How It Created the Modern Middle East. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2023.

MEDINA, Cremilda de Araújo. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1995.

MEDINA, Cremilda de Araújo. A arte de tecer o presente: narrativo e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

OYAMA. Thaís. A Arte de Entrevistar Bem. São Paulo: Contexto, 2008.

Fontes:

Arial Nova

Bahnschrift

Lexend

Versão:

Digital

A reprodução é livre mediante a citação do autor.

ecq USP

“A gente decidiu ir para a Faixa de Gaza para passar um mês, também a convite para o casamento da minha irmã, que acabou não acontecendo. Em menos de dez dias, a guerra começou. É 24 horas por dia. Esse barulho de drone, ‘zzzzzz’, é insuportável. Israel consegue ver tudo por cima e, de repente, uma bomba cai; 30, 40, 50 pessoas mortas do seu lado. Você não sabe quando ou onde vai acontecer. Se o governo brasileiro fizer valer o direito de reunião familiar, trazendo os familiares para o Brasil, isso não significa esvaziar a Faixa de Gaza para Israel tomar conta de lá. Na verdade, Israel já toma conta de tudo há 76 anos. Na primeira Nakba, em 1948, estava muito mais fácil sair de Gaza do que hoje; você podia fazer as malas e ir embora. Hoje, não. Está todo mundo dentro de um presídio, onde ou você morre, ou morre. Não tem outra escolha.”

Hasan Rabee — palestino-brasileiro repatriado

“Acho que esse é o Brasil que queremos: um Estado responsável que protege seus cidadãos e os salva do perigo. Um poder público que usa seus recursos para alcançar brasileiros que estão sofrendo e resgatá-los, sem exigir nada em troca. Implementamos um dos capítulos da política externa brasileira, que é a proteção dos nacionais no exterior. Uma diplomacia que vai buscar os brasileiros que estão em um teatro de guerra, e os traz. Fizemos isso em Gaza, na Cisjordânia, em Israel e no Líbano. O nome disso é solidariedade com nosso povo.”

Alessandro Candeadas — embaixador do Brasil na Palestina

GUSTAVO ZANFER DA SILVA COSTA

Brasileiros e familiares resgatados da Faixa de Gaza em meio à guerra de Israel

**Memorial descritivo de Trabalho de conclusão de curso de
graduação em JORNALISMO, apresentado ao
Departamento de JORNALISMO E EDITORAÇÃO (CJE)**

São Paulo

2024

Resumo: O projeto abordou as histórias de vida e de repatriação de brasileiros e familiares que estavam na Faixa de Gaza quando teve início um dos maiores conflitos do Oriente Médio: a guerra entre Israel e o Hamas, a partir do dia 7 de outubro de 2023. O projeto foi posto em formato de livro-reportagem e analisou aspectos políticos, humanos, a logística e os impactos da guerra, assim como da operação de resgate promovida pelo governo federal brasileiro em seu esforço para repatriar dezenas de cidadãos.

Palavras-chave: Gaza, Faixa de Gaza, Israel, Hamas, guerra, repatriação, palestino, palestino-brasileiro, reunião familiar

SUMÁRIO

1. Tema	03
2. Introdução	03
3. Hipótese	05
4. Justificativa	06
5. Objetivo geral	06
5.1 Objetivos específicos	07
6. Metodologia e quadro teórico de referência	08
7. Cronograma de execução	10
8. Referências bibliográficas	11

1. Tema

A trajetória vivida por brasileiros repatriados da Faixa de Gaza e, com eles, os seus familiares palestinos, em meio à guerra entre Israel e Hamas, que teve início no dia 7 de outubro de 2023, até e após a chegada ao Brasil por operações de resgate da Força Aérea Brasileira.

2. Introdução

Com a escalada mortal da guerra entre Israel e o grupo radical islâmico Hamas na Faixa de Gaza, os países começaram a empenhar esforços diplomáticos para negociar a saída de seus cidadãos do devastado enclave. O Egito, principal mediador entre as partes em guerra – e onde está localizado o escritório político do Hamas –, junto a outros países, como os Estados Unidos, teve papel essencial na liberação de listas com nomes autorizados a deixar o território palestino. Uma onda imigratória de civis em Gaza, entre eles brasileiros e seus familiares, se deslocou até os portões que dão acesso ao Egito, na cidade fronteiriça de Rafah, na esperança de encontrar seus nomes nos murais.

O Hamas, baseado, principalmente, na Faixa de Gaza, lançou uma série de ataques contra territórios de Israel na manhã do dia 7 de outubro de 2023. A data é simbólica: o 50º aniversário da Guerra do Yom Kippur, quando as forças israelenses foram pegas de surpresa por tropas egípcias e sírias em territórios ocupados por Israel.

Na manhã daquele sábado, em outubro, o Hamas afirmou ter lançado 5 mil mísseis contra Israel, e promoveu um de seus ataques mais letais no deserto de Negev, onde a rave Universo Paralello acontecia – muitos jovens israelenses foram mortos ou levados como reféns pelo grupo. Posteriormente, imagens de circuitos de segurança e de câmeras corporais acopladas a uniformes de combatentes do Hamas foram divulgadas, tornando públicas ações classificadas como crimes de guerra. No mesmo dia, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, declarou guerra contra o grupo radical islâmico, cujos combatentes estão em grande parte infiltrados em meio aos civis em Gaza.

Hassan Rabe, então com 30 anos de idade, é um palestino com cidadania brasileira que ganhou notoriedade após passar a registrar vídeos e imagens denunciando a situação da Faixa de Gaza durante os bombardeios. Rabe morava em São Paulo desde 2014 e estava em Gaza para visitar sua família. O palestino registrou momentos de tensão enquanto ouvia drones israelenses sobrevoando a região onde estava, em Khan Yunis, sul de Gaza, e os momentos pré e pós processo de inclusão de seus nomes nas listas para saída do território.

Assim como Rabee, a jovem Shahed Al-Banna, então com 18 anos, desempenhou um importante papel de registro ao mostrar o ponto de vista dos civis durante a guerra no território, além de contribuir para sensibilizar a opinião pública e autoridades brasileiras em relação aos esforços diplomáticos para repatriação. Shahed também é brasileira com cidadania palestina, nasceu em Gaza e já morou em São Paulo. Voltou ao enclave em 2022 após a morte da mãe, que tinha câncer. Quando Israel contra-atacou Gaza, a família de Shahed recebeu comunicados do Exército israelense demandando que a população deixasse os imóveis da região, que seriam alvos de destruição por bombas das forças de Israel. A jovem passou a registrar, então, vídeos desesperados sobre a situação dos civis naquele momento.

Em novembro, centenas de cidadãos americanos que estavam na Faixa de Gaza já haviam sido autorizados a cruzar a passagem de Rafah para viajar de volta aos EUA. Cidadãos de diversos outros países, como Filipinas e Coreia do Sul, também foram contemplados. Os brasileiros, contudo, ainda não haviam sido mencionados em nenhuma lista de repatriação. O Itamaraty foi informado, em conversas com o Egito, que as listas de cidadãos a serem retirados de Gaza passavam por um "pente fino" de Israel, o que gerou suspeitas da parcialidade dos israelenses no processo de escolha de nomes. Ainda de acordo com essa versão, embora a fronteira por onde os civis deixam Gaza seja com o Egito, o controle das listas seria feito por Israel para evitar que integrantes do Hamas se infiltrem entre os civis escapem do território palestino.

O Ministério das Relações Exteriores de Israel negou qualquer parcialidade no critério de escolha de pessoas autorizadas a deixar Gaza. Contudo, também jamais explicou quais critérios são esses. O embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzeben, acusou Israel de barrar brasileiros "por questões políticas", enquanto o embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, disse não conhecer os critérios utilizados pelo governo israelense. A justificativa utilizada por Israel para desmentir as acusações de parcialidade política é o fato de que a primeira lista de pessoas liberadas não contemplou nenhum país de relevância para a diplomacia israelenses: um jordaniano e alguns indonésios.

Há também a possibilidade de cruzar a passagem de Rafah através de pagamentos feitos a empresas de turismo ou fretados, custando cerca de US\$ 5 mil (mais de R\$ 25 mil na cotação atual) para cada pessoa, de acordo com relatos de palestinos. Parte desse valor seria debitado ao Estado de Israel como forma de propina, o que liberaria a passagem para os civis que podem pagar, ou seja, a esmagadora minoria. Páginas em redes sociais como o Facebook divulgam a possibilidade da compra pela passagem – que, ainda segundo relatos, cobriria

somente o cruzamento dos portões de Rafah até o posto humanitário mais próximo, de ônibus, sem nenhum outro serviço prestado, como alimentação ou hospedagem.

Não foi até a 7ª lista que a primeira leva de brasileiros e familiares receberam a notícia, no dia 9 de novembro de 2023, de que seus nomes foram incluídos para que pudessem cruzar a fronteira. Acampados em frente aos portões de Rafah, com toda sorte de insalubridade, os brasileiros deixaram a Faixa de Gaza em 12 de novembro e foram para o Cairo, onde um avião da Força Aérea Brasileira já os aguardavam para levá-los ao Brasil.

O primeiro grupo de brasileiros e familiares palestinos – 22 pessoas – pousou na base aérea de Brasília no dia seguinte. Todos, incluindo Hassan Rabee e Shahed Al-Banna, foram recebidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no momento do desembarque, no meio da pista de pouso. Rabee e Shahed não perderam a oportunidade de ressaltar a Lula que muitos outros brasileiros e parentes ainda viviam sob bombas, tiros e diversos outros crimes de guerra (registrados em vídeo) em Gaza.

Após chegar ao Brasil, os repatriados relataram sofrer ameaças de morte, além de racismo e preconceito. No caso de Hassan Rabee, ele pediu proteção ao governo brasileiro depois de sofrer ameaças pelas redes sociais. Segundo ele, foram mais de 200 mensagens somente em cinco dias.

3. Hipótese

Residentes da Faixa de Gaza e parentes que faziam visitas a seus familiares no enclave palestino enfrentaram uma cadeia de graves problemas após o início do maior conflito entre Israel e o grupo radical islâmico Hamas em 50 anos de história, desde o dia 7 de outubro de 2023.

Durante os bombardeios em Gaza, os civis falam em racionamento de água, de alimentos e de combustíveis, cortes de energia elétrica, restrição no acesso a serviços de comunicação, corrupção na escolha de quem pode sair pela passagem de Rafah, além dos horrores intrínsecos à guerra, como constantes explosões sem alvos em áreas densamente povoadas.

Após esforços diplomáticos pelo Brasil e negociações mediadas pelo Egito, listas com nomes autorizados a deixar Gaza foram divulgadas e, após angustiante espera, brasileiros e familiares foram contemplados. De volta ao Brasil, esses repatriados ainda enfrentam

problemas de reinserção social, como ameaças, preconceito e racismo. Muitos brasileiros ainda estão na Faixa de Gaza em meio à guerra.

4. Justificativa

Este projeto de pesquisa resultou em um produto jornalístico cujo tema é original, ainda não explorado no formato – trata-se de desdobramentos da vida de brasileiros e palestinos em meio a uma guerra de intensidade sem precedentes entre Israel e o Hamas em 50 anos de história. O livro veicula consequências do mais recente conflito armado entre o Exército de Israel e o grupo radical islâmico Hamas, majoritariamente pela ótica dos próprios civis brasileiros e familiares palestinos que foram repatriados pelo governo brasileiro e que estavam em Gaza durante a escalada do conflito a partir do dia 7 de outubro de 2023.

O livro-reportagem contribui, ainda, para o conhecimento dos processos e os nuances da repatriação de civis por seus países, que nos permite ver o jogo da diplomacia, das relações internacionais de modo geral, a oscilação da opinião pública, e também o lado humanizado de pessoas em uma guerra – cada nome contemplado em lista de autorização para deixar o território palestino sitiado é uma história, pralém de um número, e deve ser narrada.

A pesquisa busca expor, também, além das histórias de repatriação, como o conflito em questão envolveu diversos crimes de guerra na Faixa de Gaza e gravíssimas violações à Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, 1 ano após a criação do Plano da ONU para a partilha da Palestina.

Pelas palavras de homens e mulheres repatriados, o produto final pretende transpor ao leitor parte da gravidade do que é ser obrigado a deixar suas terras, ver regiões inteiras serem varridas por bombardeios, presenciar mortes de parentes e amigos, ser privado de suprimentos básicos de sobrevivência e experienciar uma nova vida em um país de cultura muito distinta após exaustiva viagem do Oriente Médio até o Brasil em aeronaves militares.

5. Objetivo geral

Este projeto de pesquisa tem como objetivo a produção de um livro-reportagem.

5. 1. Objetivos específicos

O livro-reportagem está dividido em capítulos, com subdivisões, sendo eles os objetivos específicos que vão moldar o produto final. São eles:

- **Nota do autor:**

→ Justificativa da linha editorial adotada no livro-reportagem.

- **Capítulo 1 - Tempestade Al-Aqsa:**

→ A abertura do capítulo introduz a primeira família de repatriados, e faz uma conexão com a História antes do conflito.

- **Capítulo 2 - Nos escombros de Gaza:**

→ Traz o primeiro foco em um dos repatriados mais famosos, Hasan Rabee, e sua luta para sobreviver no enclave palestino;

→ Fala sobre o problema da conexão com a internet.

- **Capítulo 3 - A corrida de Rafah:**

→ A vida na fronteira (em alojamentos alugados pelo governo do Brasil);

→ Tensão diplomática entre Brasil e Egito (que abriga os mediadores que ajudam a elaborar as listas de repatriação);

→ Recepção do presidente Lula no aeroporto de Brasília;

→ A política migratória brasileira, e a posição do Brasil em relação à Palestina;

→ Hospitalidade.

- **Capítulo 4 - Operação Voltando em Paz:**

→ A dispersão de repatriados por diferentes estados brasileiros; a vida no Brasil, principais diferenças culturais; preconceito, racismo, ameaças sofridas pelos repatriados

- **Capítulo 5 - Reunião familiar:**

→ Ataques direcionados a Hasan Rabee, seu pedido ao governo por escolta

→ O funcionamento da portaria interministerial sobre o direito de reunião familiar, e a luta de advogados e ativistas na tentativa de resgatar mais familiares presos no enclave

→ A vida de Mohammed Farahat e sua família após sua retirada da Faixa de Gaza

→ Perspectivas para o futuro

6. Metodologia e quadro teórico de referência

O livro-reportagem usa o método hipotético-dedutivo para dar sustentação à hipótese. Porque o produto busca dar ênfase à ótica dos civis – brasileiros e familiares repatriados da Faixa de Gaza –, e porque ainda há pouco material de apoio disponível para sustentar de forma integral a hipótese, dado o recorte de um acontecimento muito recente, um dos principais métodos de obtenção de dados sobre a condição de vida dos civis, após o início dos bombardeios em Gaza no dia 7 de outubro de 2023, é a entrevista. A obra *Entrevista: o diálogo possível*, de Cremilda Medina, é o material bibliográfico de referência para o estudo de técnicas de entrevista utilizadas nesta pesquisa.

Civis repatriados foram convidados a falar sobre a experiência do tema deste trabalho; as perguntas foram, inicialmente, mais direcionadas. Posteriormente, foi aberto o espaço para que os repatriados falassem sobre a experiência que tiveram, de modo geral, e desse monólogo foi recuperado o material que interessa ao livro-reportagem. Para tratar das condições de vida de civis na Faixa de Gaza durante operações militares das Forças Armadas de Israel, de modo a complementar, confirmar ou refutar informações coletadas em entrevistas, o livro-reportagem *Em Estado de Choque – Sobrevivendo em Gaza sob Ataque Israelense*, do jornalista Mohammed Omer, serviu como apoio. O conjunto de crônicas escritas por Omer aborda o caos instaurado em Gaza durante a Operação Margem Protetora, última ofensiva israelense, em 2014, antes do conflito deflagrado em outubro de 2023. Assim como pretende este trabalho de conclusão de curso, Omer traz uma série de testemunhos oculares de atrocidades de guerra junto a dados oficiais sobre mortes de civis e militares.

A Arte de Tecer o Presente - Narrativa e Cotidiano, obra também de Cremilda Medina, entra como suporte para tornar menos rígidos os textos sobre relatos do cotidiano de civis; a obra é exemplo sobre como alternar informações mais duras, com dados oficiais, com os relatos de cotidiano. Na obra, a autora navega em uma pesquisa sobre o bairro onde mora e revela aspectos do cotidiano local e seus personagens, alternando suas experiências práticas e reflexões teóricas.

Em se tratando do levantamento de dados que não envolvem diretamente os repatriados, a entrevista seguiu como forte ferramenta de obtenção de dados. Profissionais de jornalismo, geopolítica, história e relações internacionais – como docentes (a exemplo, Felipe Pereira Loureiro, professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da USP), profissionais de veículos de comunicação (a exemplo, Américo Martins, correspondente internacional na Faixa de Gaza pela CNN Brasil), funcionários públicos como embaixadores (a exemplo, Alessandro Candeas, embaixador do Brasil junto à Autoridade Palestina) – foram questionados com perguntas direcionadas, fechadas, para trazer novas informações, e/ou esclarecer outras.

Para o levantamento de dados que darão o fundo histórico do livro-reportagem, obras de autores importantes sobre as questões Palestina e Israel foram tomadas como base. A questão Palestina: guerra, política e relações internacionais, de Marcelo Buzzeto; Israel: Uma história, de Anita Shapira; e Eighteen Days in October: The Yom Kippur War and How It Created the Modern Middle East, de Uri Kaufman. Também a coletânea Gaza no Coração, livro organizado por Daniela Miwa Taira, Fernando Zanardo e Luiza Brandino, com vasta pluralidade de opiniões e pontos de vistas de diversos autores.

A obra de Buzzeto traz dados que explicam as origens dos conflitos na Palestina, assim como os interesses econômicos e geopolíticos que circundam o antigo território hoje dominado por Israel. Já a obra de referência de Shapira traz a história completa de Israel, como também a Faixa de Gaza. Kaufman aborda os detalhes da Guerra do Yom Kippur, em 1973, e a profunda influência que esse conflito – exemplo claro do ódio a Israel por parte dos palestinos – causou nos moldes do que hoje conhecemos como Oriente Médio.

7. Cronograma de execução

Segundo semestre de 2024

Agosto: pesquisas exploratória – levantamento de dados com base no material bibliográfico – e bibliográfica; contato com fontes para agendamento de entrevistas;

Setembro e outubro: viagem à Morungaba, no interior de São Paulo; redação dos capítulos;

Novembro: revisão do material escrito, elaboração da parte visual do livro-reportagem, assim como da apresentação para a banca examinadora;

Dezembro: ajustes finais da apresentação e do livro-reportagem para a banca examinadora.

8. Referências

BUZETTO, Marcelo. A questão Palestina: guerra, política e relações internacionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

OMER, Mohammed. Em estado de choque: sobrevivendo em Gaza sob o ataque israelense. São Paulo. Autonomia Literária, 2017.

Gaza no Coração: História, resistência e solidariedade na Palestina. São Paulo: Elefante, 2024.

SHAPIRA, Anita. Israel: Uma história. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

KAUFMAN, Uri. Eighteen Days in October: The Yom Kippur War and How It Created the Modern Middle East. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2023.

MEDINA, Cremilda de Araújo. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1995.

MEDINA, Cremilda de Araújo. A arte de tecer o presente: narrativo e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

OYAMA. Thaís. A Arte de Entrevistar Bem. São Paulo: Contexto, 2008.